

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 440
Brasília-DF
Novembro 2021

Em meio à pandemia,
invasões de terras e
assassinatos de indígenas
aumentaram

Páginas 4 e 5

Pra gringo ver: COP 26
irá cooptar as urgentes
mudanças sistêmicas frente
a crise social climática?

página 12 e 13

VIOLÊNCIAS CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

Reflexo da prática de um governo alicerçado na antipolítica, na contramão da Constituição Federal de 1988 que, em seus artigos 231 e 232, já havia superado o paradigma integracionista e reconhecido aos povos indígenas os seus direitos

As violências contra os povos indígenas no Brasil refletem a prática de um governo alicerçado na antipolítica

Por **Lucia Helena Rangel** e **Roberto Antonio Liebgott***

As violências contra os povos indígenas no Brasil impactam, dramaticamente, pela dimensão e crueldade. Elas foram praticadas de sul a norte, ou seja, foram impostas de modo direto – expressa ou tacitamente – a todos os povos e, com uma dolorosa gravidade, se deram cotidiana e corriqueiramente, sendo propagadas, incentivadas ou naturalizadas por agentes do estado, como que explicitando que a opção pela violência se faz necessária para atender as pretensões econômicas e políticas em vigor no país.

Os povos indígenas, impactados pelas violências, reiteram a existência de uma antipolítica indigenista alicerçada no tripé da desconstitucionalização dos direitos, da desterritorialização dos povos e da tentativa de integração dos indígenas à sociedade majoritária. Chamamos de antipolítica o conjunto de medidas e ações governamentais que contrariam direitos inscritos no texto constitucional e que fragilizam instâncias voltadas à proteção e promoção das formas de viver indígenas. Tem-se, assim, uma deliberada ação de desmonte de estruturas e de políticas que foram sendo consolidadas, ao longo de décadas, por meio da mobilização e da articulação dos povos e suas instâncias organizativas.

A desterritorialização diz respeito a tudo aquilo que limita o usufruto exclusivo das terras pelos indígenas e que se alicerça no anseio de liberá-las ao capital privado, estejam elas demarcadas ou não. Por um lado, o governo inviabiliza os procedimentos de regularização fundiária e, por outro, não coíbe as invasões, a exploração ilegal dos recursos, o desmatamento, a grilagem, as queimadas, os loteamentos, os arrendamentos de terras.

Consolida-se no Brasil a desconstitucionalização de direitos através de medidas que fragilizam os órgãos de fiscalização e proteção do patrimônio da União (Incrá, Ibama e Funai, por exemplo); através da implementação de medidas administrativas que criam obstáculos à ocupação dos territórios pelos indígenas; através da proposição de medidas legislativas voltadas à exploração de recursos ambientais e minerais; e, ainda, pela tentativa de validação de teses jurídicas que restringem o alcance dos preceitos constitucionais – a exemplo do marco temporal.

A integração forçada dos povos à “comunhão nacional” visa resgatar medidas políticas, jurídicas e legislativas da Ditadura Militar, período em que os indígenas eram tratados como seres inferiores e incapazes, que atrapalhavam o desenvolvimento econômico e que precisariam, portanto, da via do progresso. Para eles haveria dois caminhos: o seu fim ou a sua integração, assimilando-se à sociedade dos “brancos humanizados”. Está em curso uma ação genocida, que se implementa por meio desta antipolítica.

Os povos indígenas estão sendo agredidos de forma sistemática por um governo que se tornou seu principal algoz. Pode-se dizer que o ato mais violento, no presente, é a premeditação do extermínio. O governo constituiu uma espécie de organização estatal para confrontar os direitos destes povos, ao invés de efetivá-los. E seu órgão indigenista serve, nesse contexto, como mediador das negociações pelo uso e exploração das terras.

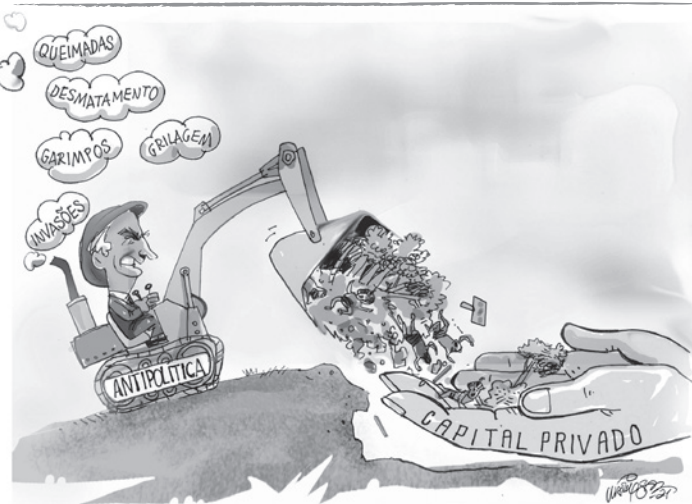
Os dados de violência indicam que os ruralistas, os madeireiros, as mineradoras e garimpeiros tornaram-se os principais interlocutores do governo em seu planejamento para a execução de medidas de supressão dos direitos da Lei Maior. Tais setores não medem esforços no sentido de promover a liberalização dos territórios para a especulação criminosa dos recursos ambientais, madeireiros, minerais e hídricos.

O nosso sentimento, quando analisamos os dados das violências, é de revolta e indignação. Porque neles vemos as vidas indígenas sob o risco de morte. Vemos as angústias, porque as terras estão sendo devastadas pelas chagas do garimpo e pelas chamas do fogo provocado por invasores sedentos de lucro farto e fácil. Vemos o desespero daquelas comunidades que entendem a dimensão destruidora dos incêndios e o desequilíbrio provocado quando o meio ambiente – com suas diversificadas formas de vida e de seres – é reduzido a cinzas.

Ao analisarmos as violências, não é possível deixar de ver o sofrimento de tantas comunidades ameaçadas, de perceber as noites mal dormidas pelo medo de ataques e dos disparos de armas de fogo. Não podemos deixar de ver as feridas nos corpos agredidos, do choro sentido e silencioso de pessoas que resistem e defendem suas terras – esses redutos de natureza preservada. Quando analisamos as violências vemos as vidas assassinadas por homicidas mandantes e seus capangas. Vemos o choro dos Kaiowá Guarani, dos Yanomami, diante dos corpos daqueles que morreram lutando. Vemos os rostos cansados que nasceram, cresceram, construíram famílias e permanecem sob as lonas de acampamentos às margens das rodovias. Vemos a realidade das mulheres que acolhem seus filhos com febre em seus braços e sabem que não haverá tratamento médico, porque as equipes de saúde passam por lá de forma esporádica e o atendimento é paliativo.

Os dados mostram as comunidades indígenas de áreas remotas, em cidades e periferias ou em áreas degradadas que não recebem assistência adequada. Os dados nos fazem ver a morte por suicídios, provocados pela desesperança na vida, quando as condições atuais levam a crer que, nessa dimensão, só existe sofrimento, desespero e morte – e, assim, parece não haver saída. Vemos também a precarização crescente dos ambientes que asseguram a um povo a coesão, a esperança e a força para viver.

* Fragmento do texto de apresentação do Relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”, dados de 2020, elaborado pelo Conselho Indigenista Missionário – Cimi. **Lucia Helena Rangel** – Assessora Antropológica do Cimi, Professora Doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e pesquisadora no campo da Etnologia Indígena; **Roberto Antonio Liebgott** – Missionário e Coordenador do Cimi Regional Sul, graduado em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (Fafimc) e em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).



Porantinadas

“Para inglês ver”

“Uma das maiores distribuidoras do país, a Equatorial Energia vende a imagem de empresa que apoia a preservação da Amazônia, mas tem fornecido eletricidade para invasores de algumas das terras indígenas mais desmatadas do país”, denuncia matéria da Folha de S. Paulo. Documentos obtidos pela reportagem mostra que a empresa fornece energia sem a permissão da Funai e o licenciamento ambiental do Ibama, como exige a legislação. Apesar de atuar nessas áreas em contrariedade com a legislação ambiental, a Equatorial Energia busca projetar uma imagem de sustentabilidade e alega que cumpre todas as exigências legais. No início do mês, patrocinou, em Belém, o evento “Amazônia in Loco”, sobre práticas sustentáveis. Montou um estande decorado com vasos de plantas e distribuiu mudas de açaí.

Mentira tem perna curta

O presidente Jair Bolsonaro afirmou durante evento “Invest in Brasil Forum”, em Dubai, que a floresta Amazônica está “exatamente igual quando foi descoberto no ano de 1500”. O presidente também disse que “os ataques que o Brasil sofre quando se fala em Amazônia não são justos” e que “mais de 90% daquela área está preservada”. São inúmeras as pesquisas que desmentem o presidente e acionam os alertas para o desmatamento na Amazônia, que todos os anos batem recordes. Mas Bolsonaro segue ileso com sua política predatória.

É hora de matar o PIB

O economista vencedor do Nobel Joseph Stiglitz disse que as formas aceitas pelas quais medimos o desempenho econômico, como o PIB, não dão absolutamente nenhum indício de degradação ambiental ou esgotamento de recursos, nem desigualdade, sofrimento da classe média ou padrões de vida mais baixos. O problema, diz ele, é que os políticos veem números positivos do PIB e continuam com o status quo. Do ponto de vista de um economista, as métricas são a chave para tudo. “Se medirmos a coisa errada, faremos a coisa errada”, escreve Stiglitz. As informações foram divulgadas na Fast Company.

Todos os indígenas de três aldeias Munduruku no Pará estão contaminados por mercúrio do garimpo

Estudos da Fiocruz mostram que 60% dos indígenas da Terra Indígena Sawré Muybu têm o metal tóxico no organismo acima do limite tolerado pela OMS; garimpo em terras indígenas cresceu quase 500% em uma década

Por **Aldem Bourscheit** - Reportagem do InfoAmazonia para o projeto PlenaMata

Sete estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) mostram que mulheres e crianças são as mais vulneráveis à intoxicação por mercúrio, que atinge todas as 200 pessoas nas aldeias Sawré Muybu, Poxo Muybu e Sawré Aboy, na Terra Indígena Sawré Muybu, do povo Munduruku, no oeste do Pará. A origem da contaminação é o garimpo de ouro, que cresceu quase 500% em áreas indígenas, especialmente na Amazônia, desde 2010 e hoje conta com incentivo e apoio do governo Bolsonaro. Terras, peixes e águas estão contaminados e aumentam os riscos a populações rurais e urbanas.

As pesquisas vêm sendo realizadas desde 2017, foram consolidadas recentemente pela Fiocruz e divulgadas na primeira quinzena de novembro. Segundo o estudo, seis em cada dez mulheres em idade fértil nas aldeias têm mercúrio no

organismo acima dos níveis tolerados por órgãos como Organização Mundial da Saúde (OMS) e agências ambientais dos Estados Unidos e União Europeia. Atraso motor e anemia graves foram identificados em um bebê de 11 meses. Duas crianças Munduruku, de 12 e 14 anos e que comiam peixe ao menos três vezes na semana, têm problemas de visão, perda de memória e tremores.

A média de contaminação acima dos limites toleráveis é de seis em cada dez indígenas (40% na aldeia Muybu, de 60% na Poxo e de 90% na Aboy). Os territórios estão às margens dos rios Tapajós e Jamanxim, onde há garimpo desde os anos 1950. Em abril, o ambientalista Cássio Beda morreu após dois anos vivendo e consumindo peixes na bacia do rio Tapajós, onde apoiava demandas de povos indígenas.

“Os indígenas da Amazônia dependem dos recursos naturais para viver, mas os impactos crescentes das atividades humanas ameaçam sua saúde e sua subsistência”, destaca o mais recente dos estudos da Fiocruz, publicado no *International Journal of Environmental Research and Public Health*. As pesquisas começaram após denúncias quanto à contaminação por mercúrio por entidades como a Associação Pariri, que representa 11 aldeias Munduruku no Médio Tapajós. Os testes em cabelos e sangue dos indígenas e também nos pescados consumidos ocorreram no fim de 2019.

Coordenador das investigações sobre a contaminação por mercúrio entre os Munduruku, Paulo Basta alerta que todos os habitantes das aldeias avaliadas têm alto risco de adoecimento porque não há nível seguro de mercúrio no organismo humano. “É uma calamidade que associa crises sanitária e ambiental, com ampliação das contaminações e do desmatamento, e de contínua violação de direitos, com invasões de garimpeiros e madeireiros que se arrastam por décadas”, alertou o pesquisador na Fiocruz.

Os estudos esclarecem que comer peixes nos povoados aumenta as chances de contaminação. O corpo humano não tem mercúrio e não elimina o que absorve por contato direto ou consumo de animais e água contaminados. O metal tóxico é associado à malformação de bebês e

doenças neurológicas, como demência, tonturas, tremores, problemas de audição e visão. Os efeitos são cumulativos e podem levar à morte.

Alessandra Korap Munduruku, da Associação Pariri, avalia que muitas doenças e mortes não são ligadas ao poluente pela precariedade dos serviços de saúde na floresta tropical, especialmente para os indígenas. Ou seja, quando adoecem ou morrem, os atestados não associam os óbitos ao mercúrio. “Os peixes com mercúrio e agrotóxicos não vivem amarrados, sobem e descem os rios. Única fonte de alimento de muitas pessoas, o peixe não é mais um alimento seguro na Amazônia”, lamentou em debate recente.

As maiores manchas de garimpo em terras indígenas no Brasil estão em áreas Munduruku e Kayapó, no Pará, e Yanomami, no Amazonas e Roraima, mostra o MapBiomias. Entre 2010 e 2020, a atividade cresceu 495% em áreas indígenas e 301% em parques nacionais e outras unidades de conservação na Amazônia. Quase toda (94%) a área ocupada por garimpos no país está em meio à floresta. Na região, a atividade é quase toda ilegal e cresceu em 1,5 mil hectares anuais entre 1985 e 2009 e em 6,5 mil hectares ao ano a partir de 2010. Uma ferramenta do Ministério Público Federal (MPF) estima que a extração de 1 kg de ouro provoque quase R\$ 2 milhões em danos socioambientais em meio à floresta.

Desenvolvido por instituições como Fiocruz e WWF-Brasil, o Observatório do Mercúrio revela que o garimpo ilegal é comum em toda a Amazônia sul-americana. No Brasil, além das TIs Munduruku, Kayapó e Yanomami, ocorre em terras indígenas como a Baú e Xikrin do Cateté, no Pará; na Alto Turiaçu, no Pará e Maranhão; na Rio Biá, no Amazonas, e na Waimiri-Atroari, no Amazonas e Roraima. O banco de dados reúne 40 anos de estudos sobre intoxicações por mercúrio na Amazônia, ações do Ministério Público Federal (MPF), desmatamento, contaminações de pessoas e peixes.

A situação é agravada por ações do governo Jair Bolsonaro e projetos legislativos que tramitam no Congresso. Assinado pelo Executivo federal, o PL 191/2020 abre terras indígenas

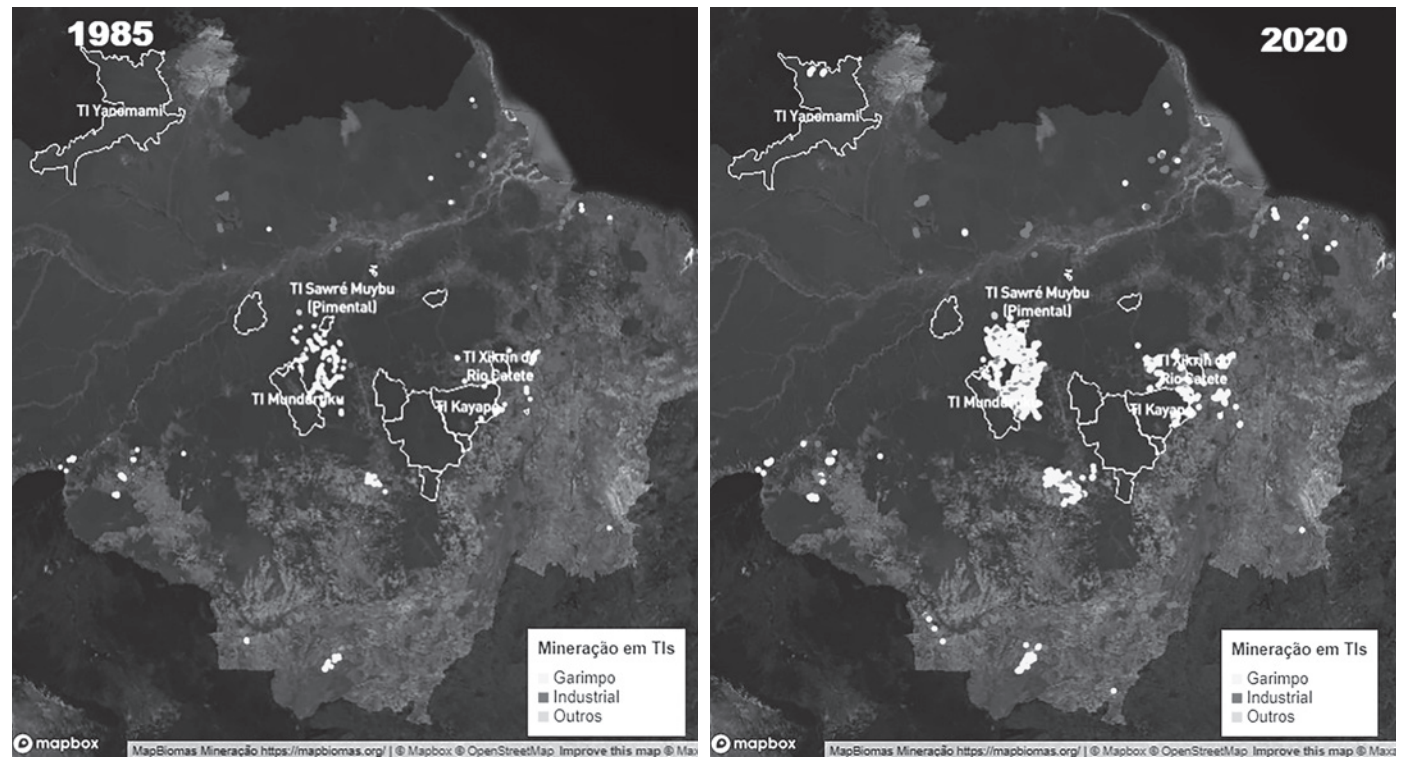
ao garimpo, a hidrelétricas e à exploração de petróleo. Há também outros projetos, como o PL 490, que autorizam a exploração dessas áreas e aumentarão o caso fundiário na Amazônia. Recentemente, a Funai proibiu pesquisadores da Fiocruz, ligada ao Ministério da Saúde, de estudarem impactos do garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

“Este governo não tem o mínimo interesse de ter acesso ou negará as informações dos estudos sobre efeitos do garimpo entre os indígenas”, destacou Paulo Basta, da Fiocruz. Alessandra Munduruku diz que não há como frear a contaminação sem ação do poder público. “Tem que ter fiscalização forte e não legalizar as invasões dos territórios indígenas. O mercúrio está matando muita gente. O governo nos quer pobres e doentes para minar nossos direitos”, disse.

Convenção de Minamata ainda no papel

Os perigos do mercúrio chamam a atenção do mundo desde 1956, quando pessoas e animais começaram a morrer por consumir peixes contaminados por resíduos industriais lançados ao longo de 20 anos na cidade japonesa de Minamata. Pelo menos 50 mil pessoas foram intoxicadas. Nos anos 1970, 40 mil iraquianos foram contaminados ao consumir pães produzidos com trigo que recebeu um fungicida à base de mercúrio. O metal tóxico perdura por até 100 anos após lançado nos ambientes.

Tragédias como estas levaram à Convenção de Minamata, que desde 2013 pede o banimento global da produção e uso do mercúrio em itens como lâmpadas, cloro e soda cáustica. Um total de 128 países assinaram o acordo, promulgado pelo Brasil em 2018. Até agora, porém, o país não deu passos concretos para eliminar a substância, avalia Marcelo Oliveira, especialista em Conservação do WWF-Brasil. “A convenção segue no papel, mas sua aplicação é indispensável para a saúde da população brasileira. As intoxicações por mercúrio não afetam apenas indígenas, populações rurais e tradicionais, elas chegam em áreas urbanas pelo consumo de peixes contaminados”, destacou. ♦



O avanço do garimpo em terras indígenas da Amazônia. Destacadas em branco, os limites das TIs dos povos Munduruku, Kayapó e Yanomami, os mais afetados

Em meio à pandemia, invasões de terras e assassinatos de indígenas aumentaram em 2020

Relatório anual do Cimi retrata continuidade da alta violência contra povos indígenas no Brasil, mesmo em ano marcado pela pandemia da Covid-19

Sumário Executivo do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020, publicado anualmente pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), apresenta o retrato de um ano trágico para os povos originários no país. A grave crise sanitária provocada pela pandemia do coronavírus, ao contrário do que se poderia esperar, não impediu que grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros invasores intensificassem ainda mais suas investidas sobre as terras indígenas.

O segundo ano do governo de Jair Bolsonaro representou, para os povos originários, a continuidade e o aprofundamento de um cenário extremamente preocupante em relação aos seus direitos, territórios e vidas, particularmente afetadas pela pandemia da Covid-19 – e pela omissão do governo federal em estabelecer um plano coordenado de proteção às comunidades indígenas.

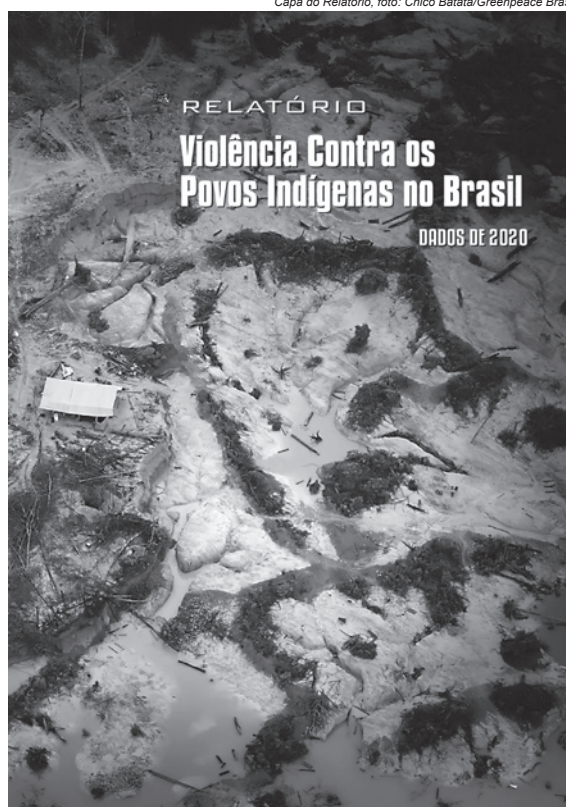
O ano de 2020 ficou marcado pelo alto número de mortes ocorridas em decorrência da má gestão do enfrentamento à pandemia no Brasil, pautada pela desinformação e pela negligência do governo federal. Esta realidade, lamentável para a população brasileira em geral, representou uma verdadeira tragédia para os povos indígenas.

Em muitos casos, o vírus que chegou às aldeias e provocou mortes foi levado para dentro dos territórios indígenas por invasores que seguiram atuando ilegalmente nestas áreas em plena pandemia, livres das ações de fiscalização e proteção que são atribuição constitucional e deveriam ter sido efetivadas pelo poder Executivo.

O Relatório identificou que, em 2020, os casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” aumentaram, em relação ao já alarmante número que havia sido registrado no primeiro ano do governo Bolsonaro. Foram 263 casos do tipo registrados em 2020 – um aumento em relação a 2019, quando foram contabilizados 256 casos, e um acréscimo de 137% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 111 casos. Este foi o quinto aumento consecutivo registrado nos casos do tipo, que em 2020 atingiram pelo menos 201 terras indígenas, de 145 povos, em 19 estados.

As invasões e os casos de exploração de recursos naturais e de danos ao patrimônio registrados em 2020 repetem o padrão identificado no ano anterior. Os invasores, em geral, são madeireiros, garimpeiros, caçadores e pescadores ilegais, fazendeiros e grileiros, que invadem as terras indígenas para se apropriar ilegalmente da madeira, devastar rios inteiros em busca de ouro e outros minérios, além de desmatar e queimar largas áreas para a abertura de pastagens. Em muitos casos, os invasores dividem a terra em “lotes” que são comercializados ilegalmente, inclusive em terras indígenas habitadas por povos isolados.

Esses grupos e indivíduos atuam com a certeza da convivência – muitas vezes explícita – do governo, cuja



Capa do Relatório, foto: Chico Batata/Greenpeace Brasil

A paralisação das demarcações de terras indígenas, anunciada pelo presidente da República ainda durante a sua campanha eleitoral, continua sendo uma diretriz de seu governo

atuação na área ambiental foi sintetizada pela célebre frase do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles: era preciso aproveitar a pandemia para “passar a boiada” da desregulamentação.

O caso dos povos Yanomami, Ye'kwana e Munduruku exemplifica a estreita relação entre a ação dos invasores, a omissão do Estado e o agravamento da crise sanitária. Na TI Yanomami, onde é estimada a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros, os invasores devastam o território, provocam conflitos, praticam atos de violência contra os indígenas e, ainda, atuam como vetores do coronavírus – num território onde há também a presença de indígenas em isolamento voluntário.

Em muitas aldeias, a pandemia levou as vidas de anciões e anciãs que eram verdadeiros guardiões da cultura, da história e dos saberes de seus povos, representando uma perda cultural inestimável – não só para os povos indígenas diretamente afetados, mas para toda a humanidade. Segundo dados da Articulação dos Povos

Indígenas do Brasil (Apib), mais de 43 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e pelo menos 900 morreram por complicações da doença no ano de 2020.

As violências praticadas contra os povos indígenas e seus territórios são condizentes com o discurso e as práticas de um governo que tem como projeto a abertura das terras indígenas à exploração predatória, atuando no sentido de disponibilizar essas áreas para a apropriação privada e favorecendo os interesses de grandes empresas do agronegócio, da mineração e de outros grandes grupos econômicos.

Essa opção política do governo federal é evidenciada pelos inúmeros discursos proferidos pelo próprio presidente da República e por medidas práticas como o Projeto de Lei (PL) 191, apresentado pelo governo ao Congresso Nacional em fevereiro de 2020, e a Instrução Normativa (IN) 09, publicada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em abril.

Enquanto o PL 191/2020 prevê a abertura das terras indígenas para a mineração, a exploração de gás e petróleo e a construção de hidrelétricas, entre outras atividades, a IN 09/2020 passou a permitir a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas – o que inclui terras em estágio avançado de demarcação e áreas com restrição de uso devido à presença de povos isolados.

Estas medidas também tiveram influência direta no aumento dos casos de “conflitos relativos a direitos territoriais”, que mais do que dobraram em relação ao ano anterior. Foram 96 casos do tipo em 2020, 174% a mais do que os 35 identificados em 2019.

Também chama atenção o considerável aumento dos assassinatos de indígenas no Brasil. Em 2020, 182 indígenas foram assassinados – um número 61% maior do que o registrado em 2019, quando foram contabilizados 113 assassinatos.

Uma síntese deste cenário desolador pode ser indicada pelo fato de que, embora nem todos os tipos de violência tenham apresentado aumento em relação a 2019, o cômputo geral das categorias “violência contra a pessoa” e “violência contra o patrimônio indígena”, em 2020, foi o maior dos últimos cinco anos. No mesmo período, os casos de “violência por omissão do poder público” registrados em 2020 só foram menores que os de 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro.

Violência contra o Patrimônio

Em relação aos três tipos de “Violência contra o Patrimônio”, que formam o primeiro capítulo do Relatório, foram registrados os seguintes dados: omissão e morosidade na regularização de terras (832 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (96 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (263 casos registrados). Os registros somam, assim, um total de 1.191 casos de violências contra o patrimônio dos povos indígenas em 2020. →

Artigos e dados sobre a pandemia

Além dos dados referentes ao ano de 2020, o Relatório apresenta também artigos com a proposta de aprofundar a reflexão sobre a realidade dos povos indígenas no país. Neste ano, três artigos abordam os impactos da pandemia sobre os povos indígenas, acompanhados de uma síntese dos dados de óbitos e contaminações entre indígenas sistematizados pela Apib e pela Sesai

a respeito do ano de 2020. Os textos abordam como a pandemia afetou os povos indígenas no país; o descaso do governo federal na reação à crise sanitária; e a situação dos indígenas encarcerados em meio à pandemia. Além disso, outros dois artigos discutem o racismo e a discriminação contra os povos originários e o sequestro da água dos rios pelo agronegócio no Tocantins.



Íntegra o relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil - Dados 2020 escaneando o QR Code ao lado

→ A paralisação das demarcações de terras indígenas, anunciada pelo presidente da República ainda durante a sua campanha eleitoral, continua sendo uma diretriz de seu governo. Das 1.299 terras indígenas no Brasil, 832 (64%) seguem com pendências para sua regularização. Destas, 536 são áreas reivindicadas pelos povos indígenas, mas sem nenhuma providência do Estado para dar início ao processo administrativo de identificação e delimitação.

Violência Contra a Pessoa

Em 2020, os dados de “Violência contra a Pessoa”, sistematizados no segundo capítulo do Relatório, foram os seguintes: abuso de poder (14); ameaça de morte (17); ameaças várias (34); assassinatos (182); homicídio culposo (16); lesões corporais dolosas (8); racismo e discriminação étnico culturais (15); tentativa de assassinato (13); e violência sexual (5). Os registros totalizam 304 casos de violência praticadas contra a pessoa indígena em 2020. Este total é maior do que o registrado em 2019, quando foram identificados 277 casos.

Os estados com o maior número de assassinatos de indígenas em 2020, segundo os dados obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e a secretarias estaduais de saúde, foram Roraima (66), Amazonas (41) e Mato Grosso do Sul (34). Infelizmente, os dados fornecidos pela Sesai e pelos estados não apresentam informações detalhadas sobre as vítimas e nem as circunstâncias destes assassinatos, o que inviabiliza análises mais aprofundadas.

Destacam-se, neste contexto, dois casos ocorridos em meio a desastrosas ações da polícia militar. No Amazonas, o caso que ficou conhecido como “massacre do rio Abacaxis” teve origem no conflito causado por turistas que ingressaram ilegalmente no território de indígenas e ribeirinhos, na região dos rios Abacaxis e Marimari, para praticar pesca esportiva. Uma operação da polícia militar no local resultou na morte de dois indígenas do povo Mundurucu e de pelo menos quatro ribeirinhos, além de outros dois desaparecidos e diversos relatos de violações de direitos humanos praticados pelos policiais. Em Mato Grosso, quatro indígenas do povo Chiquitano que estavam caçando numa área próxima à sua aldeia foram mortos por policiais do Grupo Especial de Fronteira (Gefron).



Foto: Inácio Werner/CEDH-MT

Em agosto de 2020, quatro indígenas do povo Chiquitano foram assassinados por policiais do Grupo Especial de Fronteira (Gefron), núcleo da polícia do Mato Grosso, enquanto caçavam num local próximo à sua aldeia

Falta de apoio para a instalação de barreiras sanitárias, interrupção no fornecimento de cestas básicas e de materiais de higiene, necessários para garantir condições básicas de prevenção contra a Covid-19, foram alguns dos casos de omissão recorrentes registrados em 2020

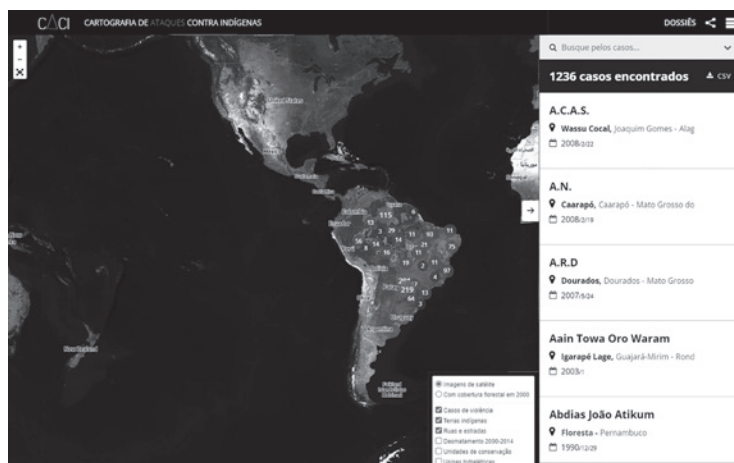
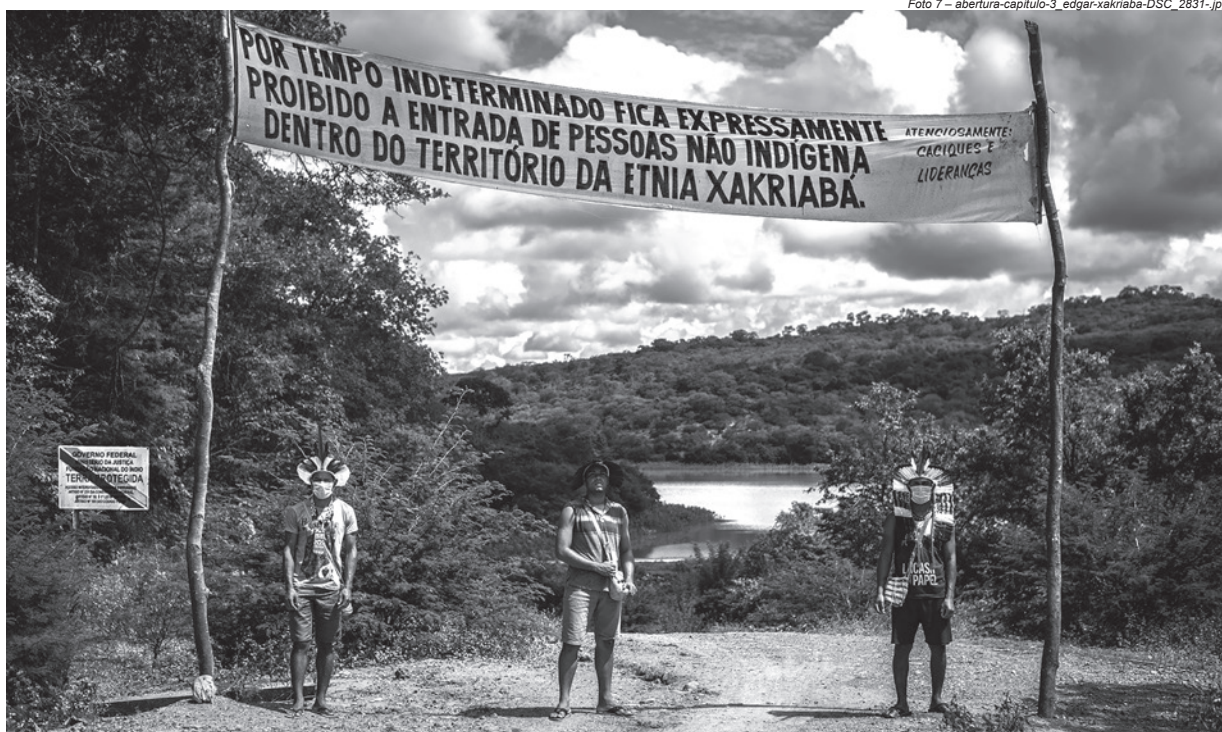


Foto 7 – abertura-capitulo-3_edgar-xakriaba-DSC_2831-jpg



Sem apoio do governo, em muitos territórios, como na TI Xakriabá (MG), os povos indígenas ergueram suas próprias barreiras sanitárias e organizaram estratégias autônomas de proteção contra a Covid-19

Cabe ressaltar que muitos dos casos de abuso de poder, ameaças várias e racismo e discriminação étnico cultural ocorreram quando os indígenas buscavam atendimento ou assistência em meio à pandemia. Além das mortes e da fome, que atingiu muitas comunidades em situação de vulnerabilidade extrema, o preconceito e o racismo foram agravantes do sofrimento vivenciado pelos povos indígenas durante a crise sanitária.

Violência por Omissão do Poder Público

Embora não tenham registrado aumento em relação a 2019, os casos de “violência por omissão do poder público” em 2020 mantiveram-se, junto com o ano anterior, em um patamar elevado em relação ao registrado nos anos imediatamente anteriores ao início do governo Bolsonaro.

Com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), o Cimi também obteve da Sesai dados parciais de suicídio e mortalidade na infância indígena. Em 2020, foram registrados 110 suicídios de indígenas em todo o país. Os estados do Amazonas (42) e Mato Grosso do Sul (28) mantiveram-se como os que registraram as maiores quantidades de ocorrências. Não houve aumento dos casos em relação a 2019, quando os dados da Sesai indicaram a ocorrência de 133 suicídios.

Ainda segundo os dados da Sesai, foram registrados 776 óbitos de crianças de 0 a 5 anos em 2020. Também neste caso os estados com maior número de registros foram os mesmos que no ano anterior: Amazonas (250 casos), Roraima (162) e Mato Grosso (87). Apesar de, como no caso dos suicídios, não ter sido verificado um aumento do número de casos em relação a 2019, a Secretaria ressalta que os dados são preliminares e estão sujeitos a alteração.

Ainda nesta categoria foram registrados os seguintes dados: desassistência geral (51); desassistência na área de educação escolar indígena (23); desassistência na área de saúde (82); disseminação de bebida alcoólica e outras drogas (11); e morte por desassistência à saúde (10), totalizando 177 casos.

Também neste capítulo, grande parte dos casos relatados possui relação direta com o contexto da pandemia e a falta de assistência do poder público, especialmente na área de saúde. A falta de apoio para a instalação de barreiras sanitárias nas terras indígenas, a interrupção ou omissão no fornecimento de cestas básicas e de materiais de higiene, necessários para garantir condições básicas de proteção e prevenção contra a Covid-19, foram alguns dos casos recorrentes registrados neste capítulo.

Caci - mapa digital

A plataforma Caci, mapa digital que reúne as informações sobre os assassinatos de indígenas no Brasil, foi atualizada com os dados do Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil de 2020. Caci, sigla para Cartografia de Ataques Contra Indígenas, também significa “dor” em Guarani. Com a inclusão dos dados de 2020, a plataforma agora passa a abranger informações georreferenciadas sobre 1.236 assassinatos de indígenas, reunindo dados compilados desde 1985.

Neste ano, a plataforma também passou por uma atualização em seu visual e em sua usabilidade. As mudanças melhoraram a visualização dos casos no mapa e as possibilidades de incorporação e compartilhamento dos dados mapeados pela plataforma. Acesse em caci.cimi.org.br ♦



Acesse a plataforma CACI escaneando o QR Code ao lado

Povos indígenas voltam à capital para reivindicar a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário, no STF

No dia 11 de novembro, lideranças indígenas deram início ao movimento “Levante pela Democracia”; entre as pautas, estão a retomada do julgamento do RE 1.017.365 e a derrubada do PL 490

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Mais uma vez, povos indígenas de todo o país voltaram à capital para lutar contra medidas que derrubam os direitos originários. Assim como no I Fórum Nacional de Educação Superior Indígena e Quilombola e na II Marcha das Mulheres Indígenas, o acampamento “Levante Pela Democracia”, uma extensão do “Levante Pela Terra”, foi erguido no gramado do espaço da Funarte, em Brasília. A mobilização começou no dia 11 de novembro sem previsão para finalizar.

Entre as reivindicações do movimento, está a retomada do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que trata das demarcações das terras indígenas. De acordo com Kretã Kaingang, liderança do povo Kaingang e coordenador da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a principal expectativa é saber quando o Supremo Tribunal Federal (STF) irá retomar o julgamento.

“Esperamos que seja colocado em pauta o mais rápido possível pelo presidente do STF [Luiz Fux]. Nós estamos em Brasília, mais uma vez, para fazer com que a sociedade incorpore o que está acontecendo com a gente, porque a questão não é só nossa. No caso, de uma derrota, todos vão sofrer as consequências”, afirmou Kretã.

A liderança, que também esteve presente na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – a COP 26 –, lembrou a importância de proteger as terras indígenas para evitar novas catástrofes ambientais. “Quando falamos em aquecimento global, o que faz a contenção de tudo, no caso, são as terras indígenas. E, quando esses projetos de lei são aprovados e assinados por esse desgoverno, toda a sociedade sofre e perde. Por isso, é importante construirmos juntos pautas em comum”, reforçou.

Assim como Kretã, Brasília Priprá, liderança do povo Xokleng, pretende sair da capital com uma data definida para a retomada do julgamento na Corte. “A maior preocupação do povo Xokleng é que a demora da votação pode piorar o cenário de ameaças nas aldeias. Então, estamos lutando pela democracia, para expor os nossos problemas e apresentar propostas em defesa dos povos indígenas. Esperamos que o STF apresente uma data e que nos dê segurança jurídica. Não só para o povo Xokleng, mas para todos os povos do Brasil”, afirmou Brasília ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Carta ao STF

No dia 17 de novembro, lideranças do povo Xokleng, acompanhadas pelas equipes jurídica e de comunicação do Cimi, entregaram ao gabinete do presidente do STF, o ministro Luiz Fux, uma carta com o pedido da retomada do julgamento do RE. “O processo teve o julgamento suspenso por pedido de vista. Agora, diante da devolução do processo para julgamento pelo Ministro Vitor, Alexandre de Moraes, pedimos encarecidamente que possa colocar o caso para continuidade do julgamento”, diz um trecho da carta.



Foto: Marina Oliveira/Cimi

“O Levante Pela Democracia é isso, é a união de movimentos sociais”, afirmou Kretã Kaingang, quando mais de 600 pescadores e pescadoras de 15 estados do Brasil compareceram à capital e se somaram ao acampamento dos povos indígenas

“Nosso direito é inalienável, indisponível e o direito que temos sobre nossas terras é imprescritível. Por isso mesmo não se sujeita esse direito à posse de não índios, fazendo dos títulos de propriedade incidente sobre a nossa terra, nulos de pleno direito”

“Nosso direito é inalienável, indisponível e o direito que temos sobre nossas terras é imprescritível. Por isso mesmo não se sujeita esse direito à posse de não índios, fazendo dos títulos de propriedade incidente sobre a nossa terra, nulos de pleno direito”, afirmam as lideranças. No documento, as lideranças

relembra casos de violência e invasões sofridas pelo povo Xokleng, como a perda da área indígena para os colonos e a construção de uma barragem no local.

Rafael Modesto, um dos advogados do povo Xokleng no caso e assessor jurídico do Cimi, frisou que o julgamento deve ser retomado, o quanto antes, em razão também de conflitos e ataques sofridos pelos Xokleng. “O pedido é para que, de pronto, com celeridade, esse processo seja recolocado em julgamento dado que os Xokleng estão passando por uma situação de instabilidade e insegurança jurídica, inclusive com situações de ameaças, ações de reintegração de posse movidas por empresas e fazendeiros”, explicou.

“A insegurança tem sido muito grande e o pedido direcionado ao presidente do STF foi para que pautasse o processo com brevidade e, no mérito, o pedido foi para que fosse provido o recurso garantido então o direito territorial do povo de se manter o território, de se reestruturar o território invadido. Uma área na qual foi demarcada no início do século passado, esbulhada, invadida e intitulada. Uma ocupação ilegal, injusta e ilícita por não-índios. O pedido é por justiça, para que o ministro se sensibilize”, completou.

Após a entrega, Brasília Priprá também reforçou a importância deste momento para os povos indígenas e para toda a sociedade brasileira, assim pontuado por ele. “Entregamos uma carta ao ministro Fux para que ele tenha um carinho e respeito, e coloque em pauta novamente o julgamento da Repercussão Geral para que beneficie todos os povos indígenas, a sociedade brasileira e o mundo. O nosso objetivo é sempre cuidar do meio ambiente, cuidar das florestas, dos rios, dos povos indígenas. Estamos mais uma vez nessa luta e esperançosos”, afirmou ao Cimi. ♦



Foto: Marina Oliveira/Cimi

No dia 17 de novembro, lideranças do povo Xokleng entregaram uma carta ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, com o pedido da retomada do julgamento do RE

Prática criminosa incentivada pelo governo coloca em risco a vida dos povos indígenas

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Em fevereiro de 2018, época de campanha eleitoral no Brasil, Jair Bolsonaro ainda nem estava na presidência do país, mas já prometia que, se assumisse o cargo, “não demarcaria um centímetro de terra indígena”. Dito e feito: além de não realizar as demarcações dos territórios dos povos originários, o atual governo faz questão de caminhar na contramão do mundo com a sua descarada agenda política anti-indígena.

Reflexo disso são os conflitos relacionados à prática de arrendamentos e esbulho dos territórios indígenas. No dia 24 de fevereiro de 2021, três anos após a promessa feita por Bolsonaro, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob ordem do governo federal, expediram a Instrução Normativa 01/2021, medida que autoriza a “parceria” entre indígenas e não-indígenas para a exploração econômica dos territórios. A norma foi autorizada sem o consentimento e a Consulta Livre, Prévia e Informada aos povos, como prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Além de colocar em risco a vida dos povos originários, esse tipo de ação normativa gera insegurança jurídica e social e fere direitos garantidos pela Constituição Federal, como os Artigos 231 e 232, que garantem aos indígenas o direito à cidadania, a viver em seus territórios, à sua cultura e ao usufruto exclusivo de suas terras.

Presenciar a aprovação da Instrução Normativa 01/2021 foi como voltar no tempo e relembrar o período que, mediante apoio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – que de “protetores” não havia nada –, as terras indígenas eram alvos de ataques de latifundiários. Assim como no atual contexto, as décadas de 1940, 1950 e 1960 foram palco de conflitos devido aos arrendamentos e exploração de terras. Não é para menos que, até hoje, indígenas de todo o país lutam para recuperar os seus territórios arrancados, à força, anos atrás.

TI Serrinha (RS)

Recentemente, chamou a atenção do país o violento cenário da Terra Indígena (TI) Serrinha, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (RS). Indígenas Kaingang – povo que habita esse território – denunciaram a omissão do governo federal perante as práticas ilegais de arrendamento, para o plantio de soja, dentro do território. Em razão disso, há constantes conflitos entre os próprios indígenas, incluindo assassinatos e expulsões de famílias de suas casas.

No dia 16 de outubro, Vângri Kaingang relatou, por meio de vídeo publicado nas redes sociais, que um cacique da TI Serrinha matou mais de cinco pessoas em razão de disputa por arrendamento. “Hoje de manhã ele [cacique] passou com o carro dele e mais de 20 índios em outros carros para matar indígenas que não queriam sair, que queriam lutar pelas suas terras. Outros indígenas foram embora, foram retirados de suas casas. Nos deram ordem para sair até às 17h, não temos o que fazer”, disse, aos prantos, Vângri.

Antes mesmo desse último episódio, o Conselho da TI Serrinha havia publicado uma nota, no dia 24 de setembro, com o pedido de “socorro”.

“As famílias denunciaram que 59% da população da Terra Indígena Serrinha não têm terras, enquanto o cacique e sua liderança arrendam toda a área agricultável. O arrendamento das terras indígenas é realizado por uma Cooperativa denominada Cotriserra, que recebe três sacas



Povo Kaingang reivindica direitos em Brasília

de soja por hectare, dos plantadores não indígenas, para um Fundo de Transição que deveria executar projetos sustentáveis que nunca saíram do papel. As denúncias do Conselho informam que a Cooperativa não presta contas à comunidade, os recursos recebidos são utilizados exclusivamente para o plantio de monoculturas e para a compra de maquinários, deixando no abandono 387 famílias, em plena pandemia”, diz o Conselho em outro trecho da nota.

Caso antigo

Por meio do artigo “Relações de Poder e Conflitos Agrários: demarcação da área indígena de Serrinha, no Rio Grande do Sul, Brasil”, escrito pelas mestras Janaína Rigo Santin e Karina Roberta Arenhart, foi possível levantar informações sobre o contexto do conflito agrário entre indígenas e colonos na região norte do Rio Grande do Sul.

Segundo o estudo, a reserva indígena de Serrinha foi “invadida há muito tempo por centenas de famílias de pequenos e médios agricultores, detentores de títulos das glebas ocupadas outorgados pelo Estado, que acabaram por expulsar os indígenas do local”.

Ou seja, com a chegada dos imigrantes no sul do país, ocorreu um longo processo de desapropriação territorial – esbulho das terras – por acharem que os indígenas eram incapazes de “gerar riquezas” ao país.

“Além da segregação das populações indígenas com a expulsão de suas terras e a ruptura forçada da manutenção de seu modo de vida e tradições, as ações do governo do Rio Grande do Sul ao longo dos anos interferiram na vida da população em geral, pois geraram muitos conflitos pela disputa de terra, violência e tragédias para índios, colonos, posseiros entre outros”, afirmam as pesquisadoras.

Arrendamento x RE 1.017.365

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a repercussão geral do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, caso que discute uma reintegração de posse movida contra o povo Xokleng, em Santa Catarina. Ou seja, a decisão tomada neste julgamento terá consequência para os povos indígenas de todo o país.

Mas, depois de ler o breve contexto de arrendamento na TI Serrinha, você parou para se questionar sobre o que isso tudo tem a ver com o julgamento do RE?

Em seu voto, o ministro Nunes Marques reconheceu que a tese do marco temporal propõe “anistiar oficialmente esbulhos ancestrais, ocorridos em épocas distantes, e já acomodados pelo tempo e pela própria dinâmica histórica”. O julgamento havia sido suspenso por um pedido de vista do ministro Alexandre de Moraes no dia 15 de setembro, mas a ação já foi devolvida pelo ministro no dia 13 de outubro.

Para o advogado da Assessoria Jurídica do Cimi, Rafael Modesto, há uma “relação estreita” entre as áreas de ocupação tradicional indígena e o RE 1.017.365. “Existe a tentativa de criar uma legislação para abrir as porteiras das terras indígenas para produção agrícola ou para o agronegócio, seja para a soja, gado ou para a produção de grãos. Então o Recurso Extraordinário pode dar um norte importante quando finalizado o julgamento para esse conflito latente, em especial nas terras indígenas degradadas pelo desmatamento, produção de madeira, soja e criação de boi”, explica Rafael.

O advogado explicou, ainda, que, caso o Supremo Tribunal Federal diga que as terras indígenas sejam demarcadas, independente do marco temporal, também sustentará a existência do Indigenato, de que “as terras indígenas são declaradas e não constituídas”. “Ou seja, já existiam antes mesmo do surgimento do estado brasileiro e, então, os indígenas têm o direito ao usufruto exclusivo dessas terras como está escrito em nosso texto constitucional. Essa posição do STF impediria a criação de uma legislação nova que possibilite as invasões em territórios indígenas”.

“O STF, no julgamento do RE, vai ter um papel importante quando reafirmar os direitos dos povos indígenas e dizer ‘não ao marco temporal’. Do contrário, caso a Corte aplique a tese dos ruralistas, com certeza irá flexibilizar o que está escrito na nossa Constituição Federal e abrirá as porteiras das terras indígenas para invasão, como, por exemplo, por meio de arrendamentos, o que é expressamente proibido pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231”, concluiu Rafael. ♦

Em evento, povos indígenas e tradicionais compartilham desafios do atual contexto

O “Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais” reuniu representantes de povos originários e comunidades tradicionais de todo o país; no evento, foram partilhadas as principais lutas enfrentadas hoje

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

O “Encontro da Comissão de Povos e Comunidades Tradicionais”, realizado nos dias 9 e 10 de novembro, no Centro de Formação Vicente Cañas, em Luziânia (GO), trouxe, a partir do compartilhamento de sensações, o cheiro dos biomas, da fauna, da flora e do mar. Cheiro da resistência dos povos originários.

“Discutimos durante esses dias os problemas vivenciados pelas comunidades [tradicionais], que têm como centro a interferência do agronegócio, das políticas governamentais e, ao mesmo tempo, a violência e retirada de direitos que recai sobre as comunidades, sobrecarregando as lideranças, as famílias e o modo de vida tradicional”, afirmou Eduardo de Oliveira, secretário-executivo do Cimi.

Durante o evento, foi realizada uma análise de conjuntura: lideranças indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco, pescadores e pescadoras artesanais e agricultores familiares partilharam suas lutas perante o atual contexto. Muitos lembraram os impasses e retrocessos causados pelo governo de Bolsonaro na vida dos povos originários e das comunidades tradicionais.

Na roda de conversa, Luzia Bezerra, a agricultora familiar de Itatuba, município da Paraíba, falou sobre a ameaça dos agrotóxicos onde mora. “Como agricultora e experimentadora, estamos guardando sementes, não plantando. A nossa luta principal é para evitar os transgênicos e agrotóxicos em nossa região. Fizemos testagens recentemente e detectamos que o milho de toda a comunidade estava contaminado por esses venenos”.

“Para a gente conseguir a ‘semente da paixão’, mais conhecida como semente crioula, é muito difícil. É uma luta constante, um trabalho minucioso para a gente resgatar sementes de hortaliças, de plantas nativas e distribuir para os agricultores e, então, recuperar as sementes perdidas e preservar aquelas que já temos”, concluiu.

Diretamente do outro extremo do país, da região Sul, uma liderança indígena – que não será identificada por motivo de segurança –, denunciou os casos de arrendamento em terras indígenas de seu povo.

“A nossa luta não é diferente. Assim como todos aqui, estamos passando por muitas dificuldades. E a luta vem lá de trás, da época do Serviço de Proteção ao Índio [SPI], quando fazíamos trabalhos forçados e éramos perseguidos.



Durante o Encontro, foram partilhadas vivências e as principais lutas enfrentadas pelos povos e comunidades tradicionais

Hoje não é diferente, os próprios caciques entraram no agronegócio e oprimem outros indígenas. Em nossos territórios, existe uma ‘parceria disfarçada’, uma prática de arrendamento que veio lá da época do SPI, quando o órgão arrendava as terras e ganhava 20% dos colonos. As nossas terras sofrem até hoje as consequências, a situação piorou”, desabafou.

Para Ormezita Barbosa, secretária-executiva do Conselho Pastoral dos Pescadores – Nacional, a realização do encontro é uma forma de fortalecer e protagonizar a luta dos povos originários e das comunidades tradicionais. “Nós acreditamos que esse espaço de articulação é muito potente no sentido de expressar a riqueza da luta dos povos de todo o país. Além disso, esse evento propõe uma agenda comum de enfrentamento a esse contexto de violência que tem sido bastante agravado na realidade dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”.

“É uma estratégia importante, uma semente que gera muitos frutos positivos. A gente aposta muito nesse processo, que também tem a ver com o fortalecimento do protagonismo das mulheres e da juventude. Tudo isso é fundamental para construir uma denúncia robusta que esses povos enfrentam”, completou.

Desafios políticos

Presente no evento, Ivônio Barros, membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz, falou sobre os principais desafios de dialogar com o parlamento, principalmente nos dias de hoje. “O Congresso Nacional tem sido um espaço exclusivo para retirada de direitos por meio do agronegócio e exploração do meio ambiente. Isso tem sido feito de uma força avassaladora. É um ambiente complicado para atuar, porque é uma cultura muito diferente da nossa”.

“Infelizmente, foi estabelecida uma lógica de que tudo tem que ser negociado. É difícil conviver com uma situação em que cerca de 100 deputados precisam ‘respeitar’ os outros 400, que fazem parte da bancada do agronegócio, da mineração e da exploração capitalista”, lamentou.

Ivônio denunciou, ainda, que o contexto ficou ainda mais difícil após a pandemia do novo coronavírus. “Com a pandemia, a coisa piorou muito, porque o Congresso Nacional se fechou, a Câmara Federal fez uma reforma do regimento interno que tirou muito dos direitos das minorias e tirou também o espaço de pressão de movimentos sociais dentro do parlamento. Hoje estão retomando as atividades presenciais, mas os movimentos não conseguem entrar no Congresso Nacional para participar de audiências públicas, porque precisa de autorização dos gabinetes para entrar”.

Na mesma linha, Cleber César Buzatto, assessor-adjunto do Cimi, fez críticas ao atual contexto político do país e disse que é preciso “nomear” aqueles que vão na direção contrária das pautas socioambientais.

“Há partidos que têm uma atuação exclusiva contra tudo o que é do campo de direitos dos povos originários. À época da votação do Projeto de Lei 490 [PL 490/2007], mapeamos pelo Cimi os parlamentares que votaram contra e a favor do projeto. Isso é fundamental para sabermos como cada um se posiciona contra os direitos originários. É preciso identificar com letras, nomes e números”. Cleber também falou sobre a importância de identificar e frear as empresas “inimigas” dos povos originários.

Por fim, o secretário-adjunto do Cimi frisou também a importância de renovar o contexto do parlamento brasileiro nas próximas eleições, em 2022. “Se a gente não mudar esse quadro na próxima legislatura, não sei se manteremos fôlego para segurar a bancada ruralista de aprovar projetos que vão na contramão dos direitos dos povos indígenas”, explicou.



Manifestação contra o PL 490 no dia 23 de julho, quando proposta foi aprovada na CCJC

Foto: Andressa Zumpano/Articulação das Pastorais do Campo



Encontro da Juventude Indígena do Maranhão, novembro de 2021

Jovens indígenas realizam encontro para debater os desafios e perspectivas dos povos, no Maranhão

O Encontro reuniu jovens indígenas de onze povos durante cinco dias; a troca de experiências, partilhas e reflexões coletivas trouxe apontamentos estratégicos à organização e mobilização indígena no estado

Por **Adi Spezia**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Discutir estratégias, lutas e a resistência de seus povos foi, por muito tempo, uma “tarefa dos mais velhos”, mas, no Maranhão, a juventude indígena vem construindo caminhos e revelando novas e atuantes lideranças na defesa dos territórios e das florestas, mobilizando e articulando a juventude do estado.

Com o tema “Resistência e Continuidade das Lutas”, jovens indígenas de onze povos realizaram o “Encontro da Juventude Indígena do Maranhão”, entre os dias 05 à 09 de novembro, em Santa Inês, município a quase 250 km da capital, São Luís. O evento reuniu jovens lideranças dos povos Krikati, Pyhcop Catiji, Awa, Tentehara/Guajajara, Kariu Kariri, Anapuru Muypura, Akroá Gamella, Krenye, Apanyekrá Canela, Memortumuré Canela, Ka’apor.

Temas como: racismo; a falta de representação política no parlamento e a representatividade de lideranças femininas nos espaços de debate; o avanço do agronegócio, madeireiros e caçadores nos territórios; a influência de não indígenas; e as mudanças climáticas foram apresentados como desafios a serem enfrentados na atual conjuntura.

Os dados do Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2020, publicado Conselho Indigenista Missionário (Cimi), reflete a percepção dos jovens ao afirmar que o Maranhão está entre os cinco estados com maior número de loteamentos ilegais dentro dos territórios indígenas. Entre 2019 e o final de 2020, o Cimi identificou que 83 propriedades haviam sido certificadas sobre as terras indígenas no estado. Somente as terras indígenas Porquinhos dos Canela-Apãjekra, Bacurizinho dos Tentehara/Guajajara e Kanela Memortumuré, tiveram 171,6 mil hectares de sobreposição, aumentando conflitos e dando base à devastação do território de povos que aguardam há anos pela conclusão de seus processos demarcatórios.

Por outro lado, apesar dos desafios levantados, os processos de retomada dos povos que lutam por reconhecimento, as lutas, a resistência e o autorreconhecimento foram apresentados como saídas estratégicas partilhadas pelos jovens indígenas. A troca de experiências, partilhas e reflexões coletivas trouxe apontamentos estratégicos à organização e mobilização indígena no estado.



Foto: Karina Krikati

Encontro da Juventude Indígena do Maranhão

Juventude e as mudanças na legislação indígena e climática

A juventude tem assumido o protagonismo na luta contra as mudanças na legislação indígenas e climáticas. Não diferente do que acontece na luta em defesa dos direitos indígenas em nível nacional, os jovens indígenas no encontro discutem forma de enfrentamento a lei de terras do Maranhão, Zoneamento Ecológico e Econômico da Amazônia e Cerrado, Lei que cria o REDD+ (assinada pelo governador do Estado), e mudança no código florestal e ambiental do Maranhão.

Conforme o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil os casos de invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio aumentaram em 2020, pelo quinto ano consecutivo. Foram 263 casos registrados, um aumento significativo em relação a 2019, quando foram contabilizados 256 casos, e um acréscimo de 137% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 111 casos.

Aos jovens indígenas do Maranhão esses dados são extremamente preocupantes, pois os povos são fundamentais na preservação do meio ambiente, ampliam a diversidade da fauna e da flora local por meio de seus

modos de viver. “Nós indígenas somos os guardiões da floresta e estamos aqui, também para proteger os nossos territórios, pois são lugares onde ainda está se preservando a mata”, aponta Awju Krikati.

No trabalho em grupo os jovens também debateram e partilharam os problemas enfrentados por eles em suas terras e trouxeram um alerta aos impactos da interferência de não-indígenas nos territórios a partir o PL 490/2007 que tem por objetivo a exploração e a apropriação das terras indígenas. O Projeto de Lei, mesmo sendo inconstitucional, encontra-se em tramite no Congresso Nacional. Larissa Cortez, do Cimi Regional Maranhão, explica que “qualquer medida judicial, administrativa ou legislativa que vise alterar o texto Constitucional, na parte que regula os direitos indígenas, é inconstitucional, pois estes são protegidos pela barreira da imutabilidade”.

A violação destes direitos trouxe a reflexão de que todos os povos sofreram violência, cada um à sua maneira. Resistir, permanecer em conexões com seus encantados, organização da juventude indígena em cada território, mobilização, assim como a construção e o fortalecimento das alianças foram apostados com saídas estratégicas na garantia do direito originário, como bem enfatizou Preta Akroá Gamella “o que nos faz indígena não é a aparência de nossos rostos, mais sim nosso jeito de viver Akroá Gamella”.

Como gesto concreto do Encontro, os jovens indígenas construíram uma carta, a ser enviado ao STF para que o presidente da Corte, o ministro Luís Fux, coloque em pauta o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral. Listam ainda o fortalecimento da articulação dos jovens, melhoria das políticas públicas (saúde e educação) e a luta pela continuidade de processos demarcatórios.

O Cimi Regional Maranhão segue acompanhando o julgamento, bem como fortalecendo as ações dos povos indígenas no estado. Os jovens, representando seus povos, agradeceram pelo apoio e reafirmaram suas lutas enfrentadas em seus territórios e na cidade, que interferem em seu Bem Viver.

Atual conjuntura política é tema de debate entre lideranças indígenas de Rondônia

Entre os dias 6 e 7 de novembro, lideranças indígenas da BR 429, do Vale do Guaporé (RO), se reuniram para debater sobre as principais dificuldades enfrentadas e para unir forças

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

A atual conjuntura política tem obrigado povos indígenas de todo país a se organizarem para construir estratégias de fortalecimento da luta originária. No Norte do Brasil não é diferente. Entre os dias 6 e 7 de novembro, lideranças indígenas da BR 429, do Vale do Guaporé, em Rondônia (RO), estiveram reunidas para debater sobre as principais dificuldades enfrentadas hoje e para unir forças em defesa dos territórios. Estiveram presentes lideranças dos povos Puburorá, Migueleno, Kujubim, Wajuru, Chiquitano, Tupari, Aruá, Makurap, Djeoromitxi, Kassupá, Sakirabiar, Canoé, Parintintim, Massaká e Guarasugwe.

No documento final elaborado nos dois dias de encontro, as lideranças reafirmam que “sem as suas terras demarcadas, todos os direitos são violados”. “Após um breve levantamento de nossas realidades, reafirmamos neste documento que somos povos que, desde o tempo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), estamos na luta pela demarcação de nossos territórios tradicionais dos quais fomos expulsos. Por conta da morosidade da Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou ações civis públicas para obrigar o órgão indigenista a finalizar os procedimentos demarcatórios, o que nos dá a esperança que brevemente teremos acesso aos nossos territórios”, afirmaram as lideranças em documento.

“Sem esse direito territorial fundamental, outros direitos nos são sistematicamente negados simplesmente pelo argumento de estarmos fora de nossos territórios. Sofremos por preconceito, discriminação e racismo por



Foto: Marciely Ayap

Lideranças indígenas de Rondônia se reuniram, nos dias 6 e 7 de novembro, para elaborar estratégias de enfrentamento ao atual contexto

“Sofremos por preconceito, discriminação e racismo por sermos povos que vivem em espaços urbanos, nossa identidade étnica cultural é negada”

sermos povos que vivem em espaços urbanos, nossa identidade étnica cultural é negada. Ainda assim, lutamos cotidianamente para reconhecimento de nossas identidades, pela nossa existência enquanto povos indígenas e por políticas públicas no que se referem aos nossos direitos sociais e à cidadania”, disse outro trecho.

Além disso, as lideranças fizeram doze reivindicações no documento, entre elas a imediata demarcação dos territórios Kujubim/Djeoromitxi, Migueleno, Puruborá, Wajuru e Guarasugwe; a retirada dos invasores das terras indígenas Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau e de todas as outras terras indígenas de Rondônia; e a defesa e proteção dos territórios de perambulação dos povos em isolamento voluntário.

O documento foi encaminhado, em nome das lideranças, ao Ministério Público Federal (MPF), à Fundação Nacional do Índio (Funai), aos Conselhos Indígenas de Saúde (Condisi) e ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

Lideranças dos povos Kunhã Karai, Karai e Mbya Guarani também divulgam documento com pedidos de melhorias

Nós, lideranças Mbya Guarani do Rio Grande do Sul, realizamos, entre os dias 22 e 26 de novembro de 2021, um importante encontro no Tekoa Anhetengua, na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. O encontro contou com a presença de caciques, de Kunha Karai, Karai e outros líderes de mais de 40 comunidades.

Este encontro foi bastante oportuno para que pudéssemos tratar de temas que afetam o nosso cotidiano, as nossas comunidades, as vidas de nossos jovens, velhos e crianças.

Neste contexto nos preocupa, sobretudo, as questões relativas a não demarcação e garantia de nossos territórios. Há, hoje, muitas demarcações paralisadas e outras que não passaram nem pela abertura do procedimento de demarcação, submetendo, com isso, nossas famílias a viverem em situação de vulnerabilidade – sem alimento, sem água potável e sem poder fazer nossas roças com nossas sementes tradicionais.

Há a preocupação com as comunidades que foram assentadas nas áreas do estado do Rio Grande do Sul e parece haver um movimento, dentro governo, para nos remover destas terras. Alertamos, desde já, que não sairemos de nossas comunidades. E, nesta luta pela terra, queremos e precisamos contar com nossos apoiadores, entidades, organizações, conselhos.

Também nos causa grande preocupação a proximidade dos juruá (os brancos) com sua cultura de dominação e com suas tecnologias. Estão causando grandes impactos

na cultura, no nosso modo de ser e viver, porque afetam diretamente o dia a dia de nossos jovens, das nossas famílias e de todas as nossas comunidades.

O encontro foi oportuno também para discutirmos as questões relativas às políticas de atenção diferenciada em saúde, educação escolar e, ainda, temos grandes necessidades no que se referem as demandas de habitação e agricultura.

As comunidades estão bastante preocupadas com a situação da assistência em saúde, há denúncias da falta de profissionais, de medicamentos e falta inclusive motoristas e veículos para prestar serviços para a remoção dos doentes principalmente onde a equipe atende aldeias kaingang e Mbya Guarani. Exige-se da SESAI que se organize de forma adequada para garantir um justo e adequado atendimento às nossas comunidades.

Os conflitos advindos de arrendamentos de terras, no Rio Grande do Sul, nos enchem de preocupação, pois estamos percebendo que os arrendamentos de terras não afetam apenas o povo Kaingang, mas a todos nós. Isso porque, mesmo nas pequenas áreas onde vivemos, nossas comunidades são procuradas e pressionadas pelos juruá para que eles possam plantar e produzir nas terras que são nossas. A pressão é grande e exigimos mais empenho da Funai e do Ministério Público Federal (MPF) no sentido de fiscalizar essas situações e responsabilizar os brancos que querem ganhar dinheiro com nossas pequenas áreas de terras – retirando de nós, Mbya Guarani, o pouco que conseguimos com muita luta e mobilização.

Percebemos que nos últimos meses se acentuam as violências contra nossas comunidades que sofrem ataques de pessoas que são contra nossos direitos e, ao mesmo tempo contra nossos modos de vida. Eles invadem e incendeiam as nossas casas, inclusive aquelas onde realizamos nossos rituais.

Durante todos os nossos debates procuramos dialogar sobre a nossa organização social e política nas Tekoa. Também tratamos dos temas organizacionais mais amplos, porque percebemos que existem inúmeras articulações, organizações e mobilizações dos Mbya Guarani nas diferentes regiões – o que para nós é muito importante.

No entanto, avaliamos que elas precisam estar em sintonia com nossas lideranças para que não funcionem separadamente – cada uma com suas pautas e prioridades, formando movimentos paralelos, ou como se fossem uma espécie de caixinhas onde se guardam os temas e as questões de forma separadas.

E, nesse sentido, queremos que a Comissão Guarani Yvy Rupa seja um espaço de promoção e apoio de nossos encontros e esteja presente nas nossas reuniões para tratar, conosco, de nossos temas, demandas, reivindicações e direitos constitucionais.

Esse nosso encontro constituiu-se num importante espaço de comunicação entre as lideranças e de troca de ideias, reflexões, sempre amparadas pelas boas palavras, pelos bons ensinamentos e com muita união.

Anhetengua, Porto Alegre, RS, 25 de novembro de 2021

Mudanças climáticas: um grande desafio para os povos indígenas

Queimadas, ondas de calor e alteração no nível do mar são só alguns dos eventos climáticos que já fazem parte da realidade dos povos originários

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

Há alguns anos, falar sobre mudanças climáticas parecia algo distante e até soava aos ouvidos de muitas pessoas como “papo de ambientalista”. Mas, infelizmente, elas já fazem parte da nossa realidade: ondas de calor, queimadas, elevação do nível do mar, longos períodos de seca e disseminação de doenças são só alguns dos fenômenos que retratam as alterações no clima global.

No dia 9 de agosto deste ano, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) publicou um relatório com o alerta de que é inequívoco que as ações humanas aqueceram a atmosfera, os oceanos e a superfície terrestre. Ainda de acordo com o documento, a previsão é que o aquecimento global ultrapasse 1,5°C antes do meio do século, caso não sejam adotadas “ações imediatas”.

Mas você já parou para refletir sobre como esses eventos climáticos atingem a vida dos povos indígenas? Para a presidenta do Comitê Global e Regional para Parceria com Povos Indígenas e Populações Tradicionais, Francisca Arara, mesmo preservando e mantendo a floresta em pé, os povos já sofrem os impactos das mudanças do clima, direta ou indiretamente.

“A segurança alimentar é um dos principais problemas que enfrentamos. Estamos perdendo alimentos em razão dos alagamentos inesperados e do calor excessivo. Além disso, as chuvas estão ocorrendo fora de época e não temos mais um calendário tradicional como antes. Tudo mudou”, lamentou.

Francisca também fez um alerta sobre os cuidados a longo prazo. “É muito importante que os povos indígenas comecem a montar estratégias para guardar as sementes tradicionais, pensando já no futuro. Mas é preciso também assegurar políticas que resguarдем os nossos direitos, porque, logo mais, podemos sofrer com a perda da alimentação, dos peixes, da caça, dos legumes e das frutas. Precisamos nos preparar para as mudanças que virão”.



Foto: Denisa Starbova

Queimadas devastaram território Huni Kui, em Rio Branco (AC), em 2019

Brasil em chamas

O Projeto Mapbiomas publicou em agosto deste ano um levantamento inédito que apresenta o impacto do fogo sobre todo o território brasileiro a partir da análise de imagens de satélite feitas entre 1985 e 2020. De acordo com o estudo, a cada um desses 36 anos o Brasil queimou 150.957 km², ou seja, 1,8% do país. Dentro desse recorte, 11,2% das áreas queimadas são territórios indígenas.

“A segurança alimentar é um dos principais problemas que enfrentamos. Estamos perdendo alimentos em razão dos alagamentos inesperados e do calor excessivo”

Foto: Christian Brega/Greenpeace



Queimada na Reserva Extrativista Jaci-Paraná, em Porto Velho, Rondônia

Os pesquisadores identificaram, inclusive, que as altas taxas de desmatamento, especialmente antes de 2005 e depois de 2019, contribuíram com o aumento da área queimada em períodos de seca – entre julho e outubro.

Ainda de acordo com o levantamento, o Pantanal foi o bioma mais atingido ao longo dessas mais de três décadas: 57% do território foi queimado pelo menos uma vez entre 1985 e 2020. Já os biomas Cerrado e Amazônia representam 85% da área queimada nesse período, sendo 44% e 41% respectivamente.

Na avaliação de Arara, os altos níveis de queimadas, muitas vezes associadas ao desmatamento, causam impactos também no cenário da pandemia. “A fumaça e a mudança do clima são fatores complicados também para aquelas pessoas que ficaram com sequelas em decorrência da Covid-19. É evidente que esses fenômenos poderão desencadear problemas de saúde, como doenças pulmonares”.

Natália Bianchi Filardo, coordenadora-adjunta do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Mato Grosso (MT), aponta o desmatamento como um dos principais vetores relacionados às mudanças climáticas, já que a prática aumenta as emissões de carbono provenientes das mudanças no uso do solo.

“No Mato Grosso, por exemplo, é conivente para o Estado que se use o ‘correntão’ ainda, que são aqueles tratores que utilizam uma corrente enorme para arrastar a floresta e, assim, abrir espaço para a pecuária e monocultivo”, explicou. A coordenadora lembra também que a construção de hidrelétricas é outro fator que colabora com as alterações no clima do planeta.

“Os reservatórios das hidrelétricas são grandes responsáveis pela liberação do metano, um dos gases que intensificam o efeito estufa. Mais uma vez falando sobre o Mato Grosso, onde existe a previsão de construir centenas de hidrelétricas ‘a toque de caixa’, as usinas começam as operações sem antes avaliarem os componentes indígenas da área. Isso acaba, inclusive, com os peixes, que fazem parte dos alimentos deles”, lamentou. →

→ **“Rio secou”**

Mas não são só as queimadas que retratam os sintomas das mudanças climáticas no planeta. Na Aldeia Japuira (MT), do povo Myky, um córrego secou pela primeira vez, de acordo com Typyu Myky. “Aqui está ocorrendo muito desmatamento, a monocultura está avançando em nosso território, estão fazendo pastagem em torno das nascentes. O córrego que nunca secava, em 2021 secou. Não tinha uma gota d’água”, disse Typyu ao Cimi, em setembro deste ano.

Segundo Typyu, o córrego era usado pelas pessoas da comunidade para tomar banho, lavar roupa e para o lazer das crianças. Typyu contou que, em uma conversa que teve com seu sobrinho, de apenas seis anos de idade, foi questionado do porquê de o córrego não existir mais no local.

“Meu sobrinho é muito esperto e ele me abordou: ‘tio, quando eu era mais novo, banhei aqui no córrego com meus amiguinhos. Ele era fundo, até eu tinha medo de mergulhar. Mas, agora, estou vendo o córrego secar, as pedras já estão do lado de fora e os peixinhos estão morrendo. Por que isso está acontecendo, tio?’”, narrou.

Ao Cimi, Typyu também falou sobre os impactos socioambientais na realidade do povo Myky. “A água era bem transparente e não suja como está hoje. Agora, para tomarmos banho, temos que nos deslocar até o

“A fumaça e a mudança do clima são fatores complicados também para aquelas pessoas que ficaram com sequelas em decorrência da Covid-19”

Rio Papagaio, que fica a 8 quilômetros de distância da aldeia, é muito longe. O córrego ficava muito perto de nós, apenas 400 metros da aldeia”, lamentou.

Retrocesso no Parlamento

Enquanto os povos originários resistem para manter as florestas em pé, parlamentares ruralistas seguem priorizando medidas que caminham na contramão do mundo. Exemplo disso é o Projeto de Lei 2633/2020, conhecido como o “PL da Grilagem”, aprovado pela Câmara Federal no dia 3 de agosto deste ano. Na prática, a proposta premia grileiros, aumenta o índice de violência e conflitos no campo, já que estimula invasões, e também abre brecha para novos episódios de queimadas e desmatamento ilegal.

Além dele, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) aprovou em junho o Projeto de Lei 490/2007, que acaba com a demarcação de terras indígenas. “Como que vamos falar, lá fora, sobre combate ao aquecimento global se parte do país quer

arrendar os territórios indígenas para o agronegócio, para a grilagem, soja e mineração? Esse projeto é muito preocupante e o parlamento precisa repensar”, afirma Francisca Arara.

“Os povos indígenas precisam ter mais participação nessas tomadas de decisão. A gente sabe que a demarcação das terras indígenas é uma barreira para combater as mudanças climáticas, porque temos um grande estoque de carbono. Os nossos conhecimentos tradicionais têm muito a contribuir para combater o aquecimento global, cuidamos dos nossos territórios pensando em todo o planeta. Então é muito importante que as políticas públicas não sejam mais ‘inventando roda’, mas sim dialogando com os povos indígenas”, finaliza Arara.

Em coro com Francisca Arara, Natália reforça a importância de haver uma presença mais forte dos povos indígenas nas tomadas de decisão do país. “Precisamos de políticas que favoreçam a recuperação de áreas degradadas, que resguardem as terras indígenas e arredores para que não sofram impactos no entorno dos territórios, que respeitem as áreas de reservas legais e de proteção ambiental. Além disso, é necessário que esses grandes empreendimentos levem em consideração os componentes indígenas e façam audiências de consulta em um nível de comunicação justo”.

Pra gringo ver: COP 26 irá cooptar as urgentes mudanças sistêmicas frente a crise social climática?

As falsas soluções climáticas parecem nortear o debate oficial do evento; o Brasil tem a segunda maior delegação na COP26

Por **Guilherme Cavalli***, Desde Glasgow

Segunda-feira, 08 de novembro, 09h00 (GMT, UTC +0), semana 45, ano 2021. Se inicia a segunda semana da Conferência das Nações Unidas sobre o Câmbio Climático – COP 26. O evento traz à Glasgow, Reino Unido, debates de distintos atores sociais, por vezes antagônicos, que supostamente passam a compor mesas de diálogos para encontrar caminhos comuns para o futuro do planeta. Contudo, em um conjunto de contradições, a 26ª edição da Conferência do Clima prenuncia ser um evento “pra gringo ver”.

As perguntas que perpassaram a conferência na primeira semana de evento foram além das ações de neutralizar as emissões de gases nocivos até a metade deste século. Elas dizem respeito ao modelo de relação entre norte e sul global. Quanto estão dispostos os países do norte, com suas corporações, a decrescer suas economias e reduzir os “profits” para limitar o aquecimento da temperatura média global em 1,5°C? Se a resposta à questão que retoma o dilema entre economia e ecologia tiver como critério os patrocinadores da COP 26, certamente os indicativos serão tristes. As 11 empresas selecionadas como “parceiros principais” COP 26 causam mais poluição de gases com efeito de estufa a nível mundial em 2020 (350 milhões de toneladas) do que a que foi produzida em comparação à Colômbia, Peru, Venezuela e Chile, que somados emitiram 390M toneladas em 2019. As contradições se ampliam quando incluindo um olhar para as relações laborais, o ambiente e os direitos humanos do atual modelo econômico extrativo.

As falsas soluções climáticas parecem nortear o debate oficial do evento, também caracterizado como uma das



Manifestação em Glasgow, Reino Unido, durante a COP26

mais intransparentes COPs – os diálogos que constroem os acordos se detêm a Estados Governos, sem uma livre participação da sociedade civil. A plataforma online do evento também apresentou instabilidade e dificultou o seguimento e os espaços internos da conferência foram organizados para um diálogo entre iguais. Na mesma direção da opacidade das discussões, decisões históricas são tomadas sem uma participação direta dos principais interlocutores, como no caso do fundo de financiamento climático de 1,7 bilhões destinado aos povos indígenas.

Em eventos paralelos à COP 26, como no Tribunal Internacional do Direito da Natureza, Naniwa Huni Kuin, indígena no Acre, Brasil, chamou atenção para as iniciativas “tomadas para nós sem nós”. “São eventos

que debatem soluções sem levar em conta os principais protetores da Terra. Parece que a COP 26 virou um evento para decidir o preço do carbono em políticas que continuam promovendo invasões de territórios, como o próprio crédito de carbono”, ressaltou a liderança. A crítica também foi assumida pelo indígena Dinamã Tuxá, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) durante diálogo no espaço Brasil, na Zona Azul da conferência do clima. “São iniciativas que nos deixam apreensivos por serem, novamente, ações colonizadoras. Países ricos, e principais emissores, debatem ações para os povos indígenas sem uma representação dos povos. O processo se inicia de forma atravessada”, ressaltou o advogado indígena.

* Jornalista que escreve sobre assuntos socioambientais. Coordenador da Campanha de Desinvestimento em Mineração

→ **Horizontes pelos povos indígenas e da juventude**

Ampliando o horizonte do estreito fatalismo que atua como analgésico das transformações radicais necessárias e da habilidade camaleônica do sistema capitalista, aparecem na COP26 os movimentos sociais, em destaque aqueles liderados pelos povos indígenas. São organizações territoriais que apresentam alternativas para as perspectivas limitadas do capitalismo desde um convívio ressignificado com a natureza, não ultimado pela instrumentalização da vida e dos saberes e seu mecanismo de saque e apropriação neocolonial.

Os povos tradicionais, hoje escutado pelos movimentos juvenis como Extinction Rebellion, se distanciam das pílulas de analgesia das falsas soluções sustentáveis que formulam readaptações ao sistema que encontra-se na matriz das crises socioambientais que direcionam, se não sucessível a uma mudança radical, um futuro catastrófico. Desde a demodiversidade que integra a criatividade popular para uma transformação social profunda, rompem com o capitalismo “benfeitor” e o “Estado Facilitador” ao defenderem, em uma pluralidade de ações, um modo de vida que se sustenta a margem do sistema hegemônico colonial. O grito contra a mercantilização-financeirização da Natureza vem desde as periferias geográficas, contra as históricas políticas extrativistas que fundaram o capitalismo e a modernidade desde o saque e a apropriação. Hoje, a “maldição dos recursos naturais” paira sobre a América Latina – principalmente para a Amazônia – maquiada de “solução climática”.



Foto: Caio Mota | Comunicação Apib

“São iniciativas que nos deixam apreensivos por serem, novamente, ações colonizadoras. Países ricos, e principais emissores, debatem ações para os povos indígenas sem uma representação dos povos.”

Enquanto líderes globais apostam as últimas fichas no “extrativismo verde”, “crédito de carbono”, “capitalismo sustentáveis”, “fundos para novos desenvolvimentos”, “responsabilidade social empresarial”, os povos do sul lançam uma urgente e crítica mirada para a “neoliberalização do clima”. Os modos de relação com a natureza, de organizar a sociedade e a economia pelos povos tradicionais, que por séculos foram desqualificados e caracterizados como não evoluídos e insuficientes, hoje são respiros – talvez o único – que orientam caminhos diante a um “ponto de não retorno” que bate à porta da humanidade. São orientações a um “desenvolvimento” às avessas, equitativo e sóbrio que radicalizam e rejeitam as adaptações ao sistema capitalistas que minimiza a urgência de mudanças estruturais, como o rompimento com o modo de vida imperial que constrói um bem estar “nortenho” e das elites do sul sustentado na crise social – climática.

Os desafios de pensar as questões climáticas também na via da justiça social e ambiental implicam em uma mudança paradigmática que caminha desde as relações interpessoais até a transferência da centralidade da vida humana para a compreensão biocêntrica. É uma nova virada copernicana. Caminhos concretos para combater a crise climática em sua matriz problemática se apresentam pela desmercantilização da Natureza, que perpassa pelo fortalecimento dos controles ambientais, pela demarcação dos territórios indígenas, quilombolas, pesqueiros, e principalmente transição gradual que se afaste uma economia extrativista. São exigências bruscas, mas que só podem sair de uma crise. E, lamentavelmente pelo o que indica a COP 26, são saídas que só podem acontecer via mobilização social.

Repúdio ao Discurso do Ministro do Meio Ambiente durante a COP-26

Organizações assinaram carta que repudiam os atos de hostilidade de parte da delegação do governo contra lideranças indígenas durante a COP-26, entre eles o discurso do Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, por ser descolado da realidade, integracionista e distorcido.

Dentre outras passagens lamentáveis, o Ministro declarou: “[r]econhecemos também que onde existe muita floresta também existe muita pobreza”. Tal declaração vai diametralmente contra o próprio conceito de sustentabilidade, como se uma suposta solução para a grave crise Ambiental que assola o país fosse, de fato, o aprofundamento de um processo já acelerado de desmatamento e desmonte da governança ambiental do Brasil.

Contrariando uma tradição do Brasil, pela segunda vez o governo não credenciou nenhum integrante do movimento indígena ou da sociedade civil. A composição

da delegação governamental, fortemente formada por atores militares, do agronegócio e indústrias, revela as reais intenções do governo na COP, diferente do que vem sido anunciado.

Os povos indígenas, quilombolas e tradicionais e o povo negro, no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris, não são somente vítimas dos efeitos das mudanças. São, sobretudo, agentes de mudança e atores fundamentais na busca de soluções para o aquecimento global. Na contramão desse princípio vai a tese do marco temporal, que ameaça sobremaneira os direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais, pressionando também o desmatamento desenfreado.

Conclamamos à comunidade internacional que redobre a atenção ao governo brasileiro, para que, não somente se comprometa com os acordos da COP-26, mas também que os implemente de fato.

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5
 Envie cópia do depósito por e-mail ou correios
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
 SKYPE: Adm Jornal Porantim
 www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 130
 Ass. dois anos: R\$ 190
 América Latina: US\$ 55
 Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Mortes, ameaças e invasões: como vive a indígena que discursou na COP26?

Sob governo Bolsonaro, Txai Suruí teve seus pais ameaçados, viu seu amigo ser morto e perdeu familiares para a covid-19

Por **Caroline Oliveira - Brasil de Fato**

Ao discursar na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), em Glasgow, na Escócia, a ativista indígena Txai Suruí, coordenadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia, levou o Brasil que o governo Bolsonaro insiste em esconder. O Secretário Executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Luis Ventura Fernandes, e o Adjunto, Antônio Eduardo C. Oliveira, estiveram presentes na audiência.

Do povo Paiter Suruí, a jovem de 24 anos é da Terra Indígena (TI) Sete de Setembro, que fica localizada entre os municípios de Cacoal e Espigão d'Oeste, em Rondônia, e avança até Mato Grosso, no município de Rondolândia.

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), o território é alvo de garimpeiros e madeireiros. Em julho deste ano, a Polícia Federal realizou uma operação no local de combate ao desmatamento ilegal. Segundo a PF, foram encontrados no local pontos de desmate com árvores derrubadas, uma serraria, rádio comunicadores, motosserras e motos.

Em outubro do ano passado, uma operação do mesmo tipo também localizou pontos de desmate, serraria móvel, tratores, um caminhão carregado de toras, motosserras, rádios comunicadores e motos.

A TI fica próximo à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, a maior do estado de Rondônia, uma das três TIs mais ameaçadas entre fevereiro e abril de 2021, segundo o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), feito por meio do monitoramento trimestral Ameaça e Pressão do Instituto Imazon. As outras duas foram a TI Trincheira / Bacajá (PA) e a TI Parakanã (PA). Segundo o documento, a ameaça é o risco iminente de ocorrer desmatamento.

Frente ao avanço das ameaças, que por vezes foram concretizadas, indígenas da região criaram a Equipe de



Paiter Bandeira Suruí reivindicou a herança de seus antepassados, a riqueza ecológica da Amazônia e exigiu a proteção para líderes indígenas

Vigilância Indígena para monitorar a ação de invasores e proteger os limites da reserva.

Assassinato de Ari Uru-Eu-Wau-Wau

Para lideranças da região, a criação e atuação da equipe motivou o assassinato de um dos guardiões do território, Ari Uru-Eu-Wau-Wau, lembrado por Txai Suruí em seu discurso na COP26. Ari, com 33 anos, foi encontrado sem vida e com sinais de espancamento na linha 625 de Tarilândia, distrito de Jaru (RO), perto de uma das entradas da Terra Indígena.

“Enquanto vocês estão fechando os olhos para a realidade, o guardião da floresta Ari Uru-Eu-Wau-Wau, meu amigo de infância, foi assassinado por proteger a natureza. Os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, por isso devemos estar no centro das decisões que acontecem aqui. Nós temos ideias para adiar o fim do mundo”, afirmou a jovem.

Em abril deste ano, quando o assassinato completou um ano sem respostas, Txai afirmou que existe “muita gente importante por trás disso que incentiva a invasão de terra” e que “o próprio governo federal deveria ser réu, porque é conivente com o que vem acontecendo. Mais do que conivente: incentiva a invasão dos nossos territórios”, disse ao Brasil de Fato.

“Ari era um defensor da Terra Indígena. Monitorava sua terra através da tecnologia, utilizando drones. Era um guerreiro, um líder, uma pessoa importante para o seu povo. Era também um grande amigo meu.” Até o momento, o caso não foi solucionado pela Polícia Civil.

Atualmente, Awapy Uru-Eu-Wau-Wau, primo Ari, coordena da Equipe de Vigilância e também sofre com ameaças. “Nosso território pega 13 municípios e temos uma equipe pequena para ficar monitorando tudo. Eu venho sofrendo ameaças de morte por tomar a frente

dessa proteção. Sou ameaçado há quatro ou cinco anos”, relata Awapy.

Família também é alvo de perseguição

A família da jovem também é alvo de perseguição e ameaças. Sua mãe, Ivaneide Cardozo, conhecida como Neidinha, chegou a receber ligações com ameaças de mortes devido à sua atuação na denúncia contra invasores da Uru-Eu-Wau-Wau. Dois deles, inclusive, estiveram na sede da Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, fundada e liderada por Cardozo.

A associação atua na vigilância e fiscalização da Terra Indígena Uru-eu-wau-wau e do Parque Nacional de Pacaás Novos, além de prestar assessoria às organizações indígenas, como laudo de impacto ambiental, diagnóstico etnoambiental, avaliação ecológica, etnozoonamento, plano de gestão de terras indígenas, educação ambiental, entre outros projetos.

O pai de Txai, uma das lideranças indígenas mais críticas ao governo Bolsonaro, Almir Suruí, também se tornou alvo de retaliações. No final de 2020, ele chegou a ser alvo de um pedido de abertura de inquérito do presidente Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, para investigar “crime de difamação”. O motivo foram as críticas feitas por Suruí à gestão do órgão no combate à pandemia de covid-19.

Segundo o Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena, foram registrados 60.490 casos confirmados, 1.228 óbitos de indígenas e 162 povos afetados, até o dia 2 de novembro de 2021.

Nesses números estão as duas avós, primos e tios de Txai. Weitãg Suruí, mãe de Almir era, inclusive, uma das poucas de seu povo que nasceram antes do contato com as pessoas brancas, em 1969.

Brasil ganha “Fóssil do Dia” por falas de Bolsonaro contra Txai Suruí durante a COP26

Por **redação do Brasil de Fato**

Ativistas ambientais da organização não governamental CAN (Climate Action Network), na tradução “Rede de Ação Climática”, que participam da COP26, a Conferência do Clima das Nações Unidas em Glasgow, na Escócia, “premiaram” o Brasil com o “Fóssil do Dia”.

A honraria é uma sátira feita pela organização para criticar os países que emperraram negociações ou dificultaram ações para barrar os efeitos das mudanças climáticas.

Na homenagem, a ONG destaca a fala do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que criticou o discurso da ativista indígena Txai Suruí, coordenadora



“Premiação” de ONG destaca países que mais dificultaram negociações para barrar os efeitos do clima durante Conferência

do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia. Suruí mostrou como as mudanças climáticas estão impactando os povos indígenas. Ao rebater, Bolsonaro afirmou que “levaram uma índia [sic] para lá, para substituir o Raoni, para atacar o Brasil”.

Segundo a CAN, além da crítica de Bolsonaro, Suruí ainda teria sofrido “bullying de um funcionário do Ministério do Meio Ambiente do governo brasileiro, que se ergueu sobre ela dizendo que ela ‘não deveria bater no Brasil’”.

A premiação ocorre nas conferências da ONU desde 1999. Essa é a sexta vez que o Brasil é lembrado pela organização. A primeira foi em 2017, no governo de Michel Temer e as outras quatro foram durante a gestão de Jair Bolsonaro na presidência.

Na Câmara Federal, audiência pública sobre TI Yanomami é marcada por polêmica e revolta

O Ministro da Justiça e da Segurança Pública, Anderson Torres, e o presidente da Funai, Marcelo Xavier, participaram da reunião; lideranças indígenas desmentiram depoimentos da base governista

Por **Marina Oliveira**, Assessoria de Comunicação do Cimi

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias, da Câmara Federal, foi tomada por depoimentos controversos e polêmicos na tarde do dia 24 de novembro: era uma audiência pública para tratar da atual situação da maior Terra Indígena (TI) do país, a TI Yanomami, em Roraima (RR). A iniciativa surgiu depois de duas crianças do povo Yanomami, da comunidade Macuxi Yano, na TI Yanomami, serem sugadas e mortas por uma máquina de garimpo. O caso ocorreu no dia 12 de outubro deste ano.

Prática ilegal: garimpo

“Somente na região do Parima, onde está localizada a comunidade Macuxi Yano e uma das mais afetadas pela atividade ilegal, foram atingidos 118,96 hectares de floresta degradada, um aumento de 53% sobre dezembro de 2020”, diz o texto do requerimento.

O deputado Helder Salomão (PT/ES) lembrou, durante a reunião, um episódio que ocorreu em abril deste ano na TI Yanomami, quando indígenas interceptaram uma carga de quase mil litros de combustível para aeronaves do garimpo que descia o Rio Uriracoera, uma das principais vias de acesso aos garimpos ilegais da região. “Desde o episódio [ocorrido dia 27/04/2021], os invasores perseguem, agredem, ameaçam e atacam com balas e bombas de gás lacrimogêneo os povos originários do Palimiu”, afirmou.

O parlamentar reforçou, ainda, que “os problemas estão crescendo, não estão diminuindo”. “A situação se agravou de uma forma considerável. Há, efetivamente, um aumento no número de violência, assassinatos, perseguições e aumento da atividade do garimpo ilegal. É um problema histórico que precisa de enfrentamento, mas é um momento mais grave do garimpo ilegal no Brasil”.

Garimpo e coronavírus

De acordo com o levantamento do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas do Cimi – dados de 2020, é estimada, na TI Yanomami, a presença ilegal de cerca de 20 mil garimpeiros. Foi identificado também que os invasores são responsáveis pela devastação do território, pelo aumento de conflitos e de práticas de violência, além de atuarem como “vetores” do coronavírus.

Presente na audiência, a deputada federal Joênia Wapichana (REDE/RR) também falou sobre a situação dos povos perante esse contexto. “Mesmo no meio de uma pandemia, as atividades ilegais continuaram e se expandiram. Aumentou consideravelmente e é preciso de uma ação correspondente a esse fato, uma ação de vigilância contínua e permanente. O ritmo desse avanço da mineração ilegal é muito preocupante”, afirmou a parlamentar durante a audiência.

Dados da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) apontaram que mais de 43 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 e pelo menos 900 morreram por complicações da doença no ano de 2020.

Depoimentos controversos

Em uma de suas falas, o ministro justificou que o problema do garimpo no estado de Roraima está relacionado com a chegada de venezuelanos ao Brasil. “As operações precisam aumentar, porque a questão do crime organizado do garimpo que estamos vivendo em Roraima é decorrente de um problema da Venezuela”.



Câmara Federal realizou audiência pública sobre a atual situação da TI Yanomami (RR), no dia 24 de novembro de 2021

“A entrada de venezuelanos tem trazido um problema gravíssimo para a polícia, para o estado brasileiro, para Boa Vista [RR] e para os Yanomami. Roraima tinha um equilíbrio, mas foi quebrado agora. Basta desembarcar em sua capital”, disse o ministro.

Em divergência, Dário Kopenawa, liderança do povo Yanomami, falou que essa fala do ministro não tem absolutamente “nada a ver” com o contexto da audiência, que foi convocada para tratar do atual contexto da TI Yanomami, mais especificamente sobre o caso das crianças que vítimas das atividades ilegais de garimpo.

A liderança Yanomami também lembrou o momento que um parlamentar da base governista, o deputado Coronel Chrisóstomo (PSL/RO), disse que a morte das crianças Yanomami, no dia 12 de outubro, não estavam relacionadas com o garimpo.

“As crianças foram sugadas sim. Todos os Yanomami sabem e viram as crianças, inclusive os próprios garimpeiros viram a cena. Depois que as crianças foram sugadas, eles desmontaram a draga e levaram para outro lugar. Os corpos das crianças estavam cheios de machucados e lama, nós vimos, temos testemunhas”, afirmou Dário, desmentindo o parlamentar.

Assim como o ministro, o presidente da Funai, Marcelo Xavier, em defesa do governo, tentou minimizar a atual conjuntura dos povos indígenas de Roraima por meio de reportagens antigas sobre as atividades de garimpo no estado. “Esse problema que enfrentamos em Roraima não iniciou nesse governo, já se arrasta há muito tempo”, disse o presidente da Funai. Logo em seguida, mencionou reportagens que criminalizam os indígenas.

Na mesma linha, o deputado Coronel Chrisóstomo alegou que o governo federal está aplicando verbas para “cuidar” dos povos indígenas, principalmente do povo Yanomami.

Revoltado com as falas da audiência, Darã Tupi Guarani Nhandeva, liderança indígena presente também na reunião, falou ao Cimi sobre a necessidade de “derrubar” o governo Bolsonaro e sua base. “Chegando aqui, vimos as falas do ministro, da Polícia Federal, do presidente da Funai e era tudo mentira o que eles estavam mostrando no país. É preciso derrubar esse fascista [Bolsonaro] e tirar muitos deputados que não querem ver a sociedade bem, principalmente as comunidades indígenas. Querem nos matar, querem destruir tudo”, afirmou.

Eles estão matando as crianças!

As mães choram desesperadas,
Mais um surto de morte,
Não haviam sequer esquecido o anterior,
Mas este parece derradeiro,
As forças estão se esvaindo.

De um lado os garimpeiros,
De outros exploradores vorazes,
Que consomem a terra e as florestas.
E há aqueles que deveriam estar lá e não irão,
Os médicos, enfermeiros, os fiscais e a justiça.

Os que chegaram abusam, violentam, torturam,
Contaminam os corpos e as águas,
Dragam a areia e as pessoas,
Atiram com balas de fogo,
E matam sem piedade.

Os que deveriam ir
assistem de longe,
Não há nem compaixão,
Uma omissão programática,
Não querem ver a dor do outro,
E perceber as lágrimas das mães sobre os
pequenos corpos desvalidos.

Lágrimas de desespero,
Não há ninguém lá a não ser o tirano,
Os outros, que poderiam fazer o bem, ficarão
de fora,
Faltam-lhes combustível para voar,
E coragem de lutar.

Matam-se os Yanomami hoje como matavam-se
há três décadas,
Os mesmos algozes comandam o genocídio,
Anunciado, planejado
E executado diante de todos,
Dos meus olhos, dos seus, da sociedade e dos
juízes.

Não havia segredo, tudo premeditado,
E agora estão lá promovendo a tirania,
dizimando vidas,
Atendendo ao propósito de liberalizar o
território de um povo
E dele explorar riquezas.

A morte do outro,
Das crianças Yanomami,
Daquelas que se denunciam,
Já não mais sensibilizam,
Naturalizou-se a violência contra os povos
indígenas.

Não afeta, não comove,
Nem mobiliza os outros,
Não desperta revolta,
Há uma sensação de conformismo,
É nesse vazio que a desumanidade se
potencializa.

Os Yanomami permanecem segurando o Céu,
Sob a neblina da destruição,
Onde as mães acolhem os filhos adormecidos
pela febre,
Choram sobre eles
E também morrem com eles.

Até quando?

Roberto Liebgott.

CAUSOS E CASOS

Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Tentativa de assassinato: dois dias de tensão medo e terror

Por Egon Heck

Eu, Egon Dionísio Heck, brasileiro, natural de Giruá/RS, residente em Manaus, trabalhando no Conselho Indigenista Missionário - Cimi, Regional Norte I, e na causa indígena há 27 anos, faço o registro dos acontecimentos para as autoridades deste país e opinião pública, no intuito de contribuir com a verdade, a justiça, a liberdade e a construção da democracia. Procurarei relatar o que presenciei, vi, senti e ouvi durante os dias 10 e 11 de fevereiro de 1999, na vila de Uiramutã, a 300 km ao norte de Boa Vista, próximo à fronteira com a Guiana, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Em Roraima, os Tuxauas e lideranças indígenas encerram mais uma grande Assembleia, realizada na aldeia do Pium, de 4 a 8 de fevereiro, em que analisaram as violências que sofriam por parte dos fazendeiros, arroteiros e seus jagunços. Ao ser convidado a visitar uma comunidade que havia sofrido forte ataque dos pistoleiros, confirmei minha disposição de acompanhá-los e contribuir com a denúncia de mais essa agressão aos povos indígenas da Raposa Serra do Sol.

Após a Assembleia, 39 tuxauas da região da serra seguiram para a aldeia de Maturuca, para aprofundarem as decisões ali tomadas e fazerem a programação e encaminhamentos para todas as malocas da região. Chegando o dia 9, refletiram sobre os acontecimentos do evento, na aldeia de Willimon, quando foi baleado o índio Paulo César de Souza, de 46 anos, pelo fazendeiro Roberto Oliveira Rodrigues, morador da vila de Uiramutã, encontrando-se o índio ferido na UTI no hospital em Boa Vista. Diante desse acontecimento decidiram os tuxauas inteirarem-se dos fatos deslocando-se até a aldeia para conversarem com a comunidade, para poderem encaminhar documentos às autoridades pedindo providências.

No dia 10, partiram, cedo, para a aldeia de Willimon, distante daí há uns 27 km. O deslocamento deu-se no caminhão Mercedes Benz 1113, ano 82, doado aos índios pela diocese de Roraima. O mesmo era mantido pela comunidade sendo seu motorista o Dejaci, filho do tuxaua Jaci, habilitado com carteira profissional. Por solicitação do tuxaua Jaci do Maturuca e Orlando de Uiramutã, segui com o grupo para fazer o registro fotográfico.

Ali chegando, fomos verificar o local onde fora baleado o Paulo César, na cachoeira do Sarapó - rio Ailã, próximo à qual situa-se a maloca. O tuxaua Carlos Clementino reuniu-se com os demais tuxauas e membros da comunidade. Ali narraram detalhadamente os acontecimentos. A invasão por onze pessoas da vila num caminhão F4000, visivelmente embriagados, assustando as crianças, ofendendo os membros da comunidade. Quando o Paulo César chegou do trabalho, vendo as crianças gritando, tomou uma flecha e foi pedir explicação aos invasores. Estes foram logo lhe tomar a flecha, quando o fazendeiro Roberto Oliveira Rodrigues desferiu um tiro de revólver 38, perfurando o corpo do índio próximo ao coração, que começou a esvaír-se em sangue, enquanto os agressores fugiram no caminhão.

Revoltados, os índios dirigiram-se ao sítio S. José, de Degas Batista, tio do autor do tiro, destruindo, parcialmente o telhado e partes da parede da casa. O motivo alegado para a violência era o de furto de gado. Era comum o furto de gado feito pelos próprios "brancos", sendo a carne vendida em Pacaraima e a culpa atribuída aos índios.

A barreira policial na ponte de Uiramutã

Saindo do Willimon, foi feita uma parada na aldeia do Uiramutã para se comer algo, conforme combinado na ida. Por volta das 11 horas partimos de retomo a Maturuca. Atravessamos a vila e, ao avistarmos a ponte, não avistamos ninguém ali. Porém, passados uns 300 metros, apareceram correndo, do lado oposto da ponte, três pessoas à paisana, de bermuda, com armas apontando para o caminhão, fazendo sinal de parar. Imediatamente o motorista parou o carro. Neste momento, apareceu correndo outro policial fardado com metralhadora. Fizeram sinal para desligar o motor e o motorista atendeu prontamente. Ordenaram às pessoas que estavam na cabine que descessem. Pediram que ficassem de costas com as mãos encostadas na cabine do caminhão para efetuarem a revista.



Enquanto isso, alguns policiais foram subir na carroceria do caminhão para revistar os que ali estavam. Um deles (provavelmente o sargento Cleiber da Silva Castro - coordenador da operação) falou: "aqui quem manda sou eu - estou ordenando que desça todo mundo do caminhão". Na medida que os índios foram descendo, eram encostados com as mãos na carroceria para a revista. Com a demora em descer, e estando algumas das mulheres falando em Macuxi, um dos policiais gritou - "deixem de falar na língua suas filhas da p., vão descendo logo". Confesso que nunca vi aparato e prepotência igual, nem mesmo nos tempos da ditadura militar. Mais parecia uma operação de guerra, do que uma barreira para averiguação de trânsito.

A covarde tentativa de assassinato

Logo que Dejaci, motorista, Jaime, coordenador do conselho dos tuxauas da serra, Orlando, tuxaua da aldeia de Uiramutã e eu fomos revistados, ficamos ao lado da cabine do caminhão, estando ao nosso lado dois policiais. Nesse momento, se postou entre os policiais e na minha frente um sujeito de bermuda e camisa branca. Imaginei tratar-se de um membro da operação. Ele começou a perguntar quem eu era, de onde eu era, o que fazia ali. Permaneci em silêncio. O sujeito foi se alterando, erguendo a voz em tom ameaçador. Respondi então que era amigo dos índios. No que ele exclamou, em tom carregado de ódio e visivelmente transtornado: - Amigo? Amigo? Você é um sem vergonha, um safado, um bandido. Você, um branco como nós, ao invés de estar do nosso lado, devia ter vergonha de estar aí com esses caboclos ladrão..

Sentindo o tom ameaçador e provocativo, permaneci em silêncio e tentei me aproximar dos índios que estavam sendo revistados. Porém fui afastado por um policial, dizendo que eu já havia passado pela revista e deveria ficar do lado. Nesse momento, o mesmo sujeito postou-se novamente em minha frente gritando - de onde você é. Isso repetidas vezes e em tom cada vez mais alterado. Respondi: sou brasileiro, do Rio Grande do Sul. Enfurecido ele replicou - brasileiro? brasileiro? Você é um bandido, um terrorista, e outras palavras de baixo escalão. Nisso, vejo ele colocar a mão direita embaixo da camisa e desferi-lo sobre mim. Instintivamente dei um leve deslocamento do corpo e procurei me proteger deslocando os braços sobre o peito, e em direção à arma. Senti o baque forte do braço do agressor sobre as minhas mãos e peito. No mesmo instante gritei e sai correndo para trás dos índios que estavam sendo revistado. Após uns 30 metros encostei-me numa árvore, aos prantos, sem ter ainda constatado a dimensão da agressão. Olhei para a caminha, vi que estava furada, mas não vi sangue. Estava numa espécie de estado de choque e aos prantos. Fui então agarrado por policiais que me colocaram num Toyota que estava ali próximo e me levaram para o posto de saúde. Ali certifiquei-me de que, graças a Deus, nada de grave havia ocorrido. Tive ali um rápido atendimento, enquanto um policial tomava os dados para lavar o fragmento e pedindo aos dois tuxauas, Orlando e Inácio que estavam ao meu lado, que servissem de testemunho.

Contou-me, posteriormente, o Dejaci, que logo após a primeira facada ele tentou uma segunda, sendo, porém, agarrado no braço pelos policiais que estavam ao seu lado. Foi no mesmo momento o agressor, Jared Batista da Silva, 31, desarmado e preso. Contou ainda que um dos policiais gritou para trazerem algemas, obtendo resposta de que não havia ali. O que não é verdade pois eu vi um dos policiais com vários pares de algemas pendurados na cintura.

Dejaci contou também que outro morador do local conhecido como Chico Talo, aproximou-se duas vezes do local do conflito, armado com revólver na cintura, dando a nítida impressão de estar articulado no esquema de agressão.

Conforme narrou Iolanda Pereira da Silva - agente indígena de saúde que foi impedida de verificar a situação -, disseram que se tratava de um refém. Igualmente narrou a conversa que escutou de umas senhoras que estavam exultantes ao saberem que um padre havia sido esfaqueado. Porém, quando uma delas disse ter recebido informações de que não se tratava de um padre, mas sim de um jornalista, esta teria exclamado: Bá, então estamos fritos, pois ele vai divulgar toda a verdade.